



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – CAMPUS PARINTINS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ZOOTECNIA
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COM HABILITAÇÃO EM JORNALISMO**

ÁDRIA HELENA XAVIER ALBUQUERQUE

**RADIODOCUMENTÁRIO “SUSTENTABILIDADE NA PESCA EM PARINTINS
(AM)”:** regulamentar ou não o acordo?

**PARINTINS – AMAZONAS
2023**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – CAMPUS PARINTINS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ZOOTECNIA
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COM HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

ÁDRIA HELENA XAVIER ALBUQUERQUE

RADIODOCUMENTÁRIO “SUSTENTABILIDADE NA PESCA EM PARINTINS
(AM)”: regulamentar ou não o acordo?

Relatório de desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à banca de avaliação como requisito obrigatório para a conclusão do curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM - Campus Parintins).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marina Magalhães de Moraes

PARINTINS – AMAZONAS
2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Albuquerque, Adria Helena Xavier
A345r Radiodocumentário "sustentabilidade na pesca em Parintins (AM)": : regulamentar ou não o acordo? / Adria Helena Xavier
Albuquerque . 2023
64 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Marina Magalhães de Moraes
TCC de Graduação (Comunicação Social - Jornalismo) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Radiodocumentário. 2. Pesca Predatória. 3. Acordo de Pesca.
4. Sustentabilidade. 5. Amazonas. I. Moraes, Marina Magalhães de.
II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**RADIODOCUMENTÁRIO “SUSTENTABILIDADE NA PESCA EM PARINTINS
(AM)”:** regulamentar ou não o acordo?

Aprovado em: ____ de _____ de 20_____.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Marina Magalhães de Moraes (Presidente)

Profª. Drª. Cândida Maria Nobre de Almeida Moraes (Membro)

Prof. Dr. Igor Alex Binder d'Angelis (Membro)

Prof. Ms. Sebastião José Nascimento de Souza (Membro)

Dedico este radiodocumentário a Deus, que me sustentou até aqui, a minha família e amigos, por todo incentivo na minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Em meio a reserva Jauari, em uma embarcação no rio Solimões, distante da minha casa e do meu povo, encontro o momento ideal para escrever meus agradecimentos. Aprender a arte de preservar não é tarefa fácil, entender o cheiro dos peixes, seu respirar e sua forma de sentir é para o homem-água. Água, esta que trilha o navegar de tantas embarcações, me fez percorrer mais de dez comunidades em busca muito mais do que um produto no formato audiojornalístico, mas da formação de uma futura profissional que hoje entende a importância de se fazer presente nas comunidades rurais.

Gostaria de agradecer a Tupã, pela dádiva de ter em meu nome água; a minha mãe Edna Xavier, por ensinar os seus passarinhos a viverem livres; ao meu avô Antônio Xavier, por me ensinar a ser simples e pé no chão; as minhas irmãs e irmãos, por serem meu alicerce, e aos meus sobrinhos, por me fazerem repensar o futuro. A minhas tias e tios, por serem compreensíveis e sempre amorosos; aos meus primos e primas, por serem meu abrigo em forma de abraços. Ao Gabriel Pio, por ser o grande incentivador nesta caminhada. A Alonço Azevedo, que me acompanha desde o ensino fundamental.

Este trabalho de conclusão de curso apresenta vários relatos dos moradores das áreas rurais de Parintins, os quais se dispuseram a buscar em suas memórias eventos que compõem suas persistências e anseios. Ao apresentar este relatório, quero agradecer a todos os moradores das comunidades em que estive presente, que me receberam em suas casas, que tiveram a disposição de responder a tantas perguntas. Foram estas conversas nos barcos, voadeiras, quintais e debaixo das árvores, recolhidos de forma cuidadosa durante doze meses, que possibilitaram a construção deste radiodocumentário.

Alguns entrevistados merecem uma menção especial, como Dona Raimunda da Comunidade Nossa Senhora do Rosário, professora aposentada e detentora de iniciativas que semearam esperança. A dona Silvia Leal, que não media esforços para estar em Parintins me auxiliando. O Sr Adilson Costa, com sua trajetória marcada pela defesa da preservação.

Agradeço aos professores e demais servidores da Universidade Federal do Amazonas por todos ensinamentos e conhecimentos repassados com ética e

responsabilidade. A minha orientadora Marina Magalhães, por ter auxiliado neste percurso, sempre com palavras de conforto e incentivo. Aos discentes que percorreram junto comigo esta trajetória. Um agradecimento especial é dirigido aos funcionários do Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, cujo apoio foi imprescindível para a realização das fases do produto. Ao mestre Valdenor Cardoso, por me mostrar caminhos que precisava percorrer; a Daniel Borges, José Ramos, Rickson Valente e Sandrelly Inomata, por me repassarem a arte da extensão rural.

Ádria Helena Xavier Albuquerque

RESUMO

Este relatório tem como foco a pesquisa e produção de um radiodocumentário sobre a sustentabilidade da pesca no município de Parintins, cujo objetivo geral foi criar um radiodocumentário a fim de discutir a promoção da pesca sustentável em Parintins (AM). A escolha se deu diante dos impactos ambientais sofridos nas comunidades rurais do município de Parintins, atingindo a população geral, por isso parte-se da ideia de repassar, através do produto no formato audiojornalístico, informações relevantes na busca de mudanças alinhadas pelas comunidades rurais, através destas mobilizações e compreensão das organizações fiscalizadoras. Na fundamentação teórica, destaca-se a pesca na Amazônia com seu processo histórico frente aos meios de degradação atingindo municípios como Parintins e, de forma mais específica, o cotidiano das comunidades rurais. Portanto, o radiodocumentário dispõe de um material didático para a conscientização da importância de leis aplicáveis alinhadas às mobilizações comunitárias com conscientização e sustentabilidade.

Palavras-chave: Radiodocumentário; Pesca Predatória; Acordo de Pesca; Sustentabilidade; Amazonas.

ABSTRACT

This report focuses on the research and production of a rádio documentary on the sustainability of fishing in the municipality of Parintins, whose general objective was to create a rádio documentary in order to discuss the promotion of sustainable fishing in Parintins (AM). The choice was made in view of the environmental impacts suffered in rural communities in the municipality of Parintins, reaching the general population, so it starts with the idea of passing on, through the product in audiojournalistic format, relevant information in the search for changes aligned by rural communities, through these mobilizations and understanding of supervisory organizations. In the theoretical foundation, fishing in the Amazon is highlighted with its historical process in the face of the means of degradation reaching municipalities such as Parintins and, more specifically, the daily life of rural communities. Therefore, the radio documentary has didactic material to raise awareness of the importance of applicable laws aligned with community mobilizations with awareness and sustainability.

Keywords: Radio documentary; Predatory Fishing; Fisheries Agreement; Sustainability; Amazonas.

Sumário

INTRODUÇÃO	11
Percurso para a escolha do tema: a inter-relação com a natureza e o ambiente rural	12
1. REFERENCIAL TEÓRICO	14
1.1 A pesca na Amazônia: contexto do desenvolvimento pesqueiro	14
1.2 A pesca nas comunidades rurais e área urbana de Parintins	15
1.3 Radiodocumentário: processo de produção de rádios educativas e culturais	19
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
2.1 Pré-produção	21
2.2 Produção.....	25
2.3 Pós-produção	27
3. DESCRIÇÃO DO PRODUTO.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFÊRENCIAS.....	31
APÊNDICE I.....	32
APÊNDICE II.....	42
ANEXO I.....	54
ANEXO II.....	60

INTRODUÇÃO

Os recursos pesqueiros presentes na região amazônica estão entrelaçados com a realidade existente ao longo do rio e da vida dos moradores das áreas urbanas e dos ribeirinhos. A diversidade e as condições dos estoques presentes no estado do Amazonas, conhecido por seus rios, percorrem questões ambientais e hídricas com o envolvimento complexo de pescadores, que lutam contra a pesca predatória e o desaparecimento de espécies, nascentes e lagos. Por estar presente desde sua descoberta, a região geoeconômica da Amazônia, ou complexo regional amazônico, conhecido mundialmente por ser um dos biomas mais ricos em biodiversidade do mundo, está se tornando tóxico e sem condições de alimentar aquele que mais precisa e cuida: o homem do campo.

Mesmo com todo o processo histórico, a realidade dos ribeirinhos sofre oscilações por apresentar a pesca artesanal como principal atividade, e absorve a variação sazonal das águas como característica de sua rotina. A água do rio que muitos navegam é cercada por conflitos que, muitas vezes, levam à morte. No sentido de apresentar o tema, este Trabalho de Conclusão de Curso escolheu como modalidade a elaboração de um produto midiático no formato audiojornalístico intitulado Radiodocumentário: “Sustentabilidade na pesca em Parintins (AM)”: pesca predatória ou acordo de pesca?”. O produto busca responder: quais são as iniciativas para a pesca sustentável no município de Parintins (AM)?

A partir de uma produção na linguagem radiofônica, o produto possibilita a expansão das informações voltadas para este tema, por se tratar de um meio que se recria e que, surpreendentemente, mostra a capacidade de ser acessível e ao mesmo tempo presente. O rádio é a mídia capaz de estabelecer formas de sentidos, seja através da inclusão dos ouvintes em uma história contada, na demonstração do afeto através de um alô, seja nos programas radiofônicos. Logo, continua sendo a melhor forma de inserir as comunidades rurais e apresentar seus anseios e realidade.

Com foco nisso, este relatório da presente pesquisa está dividido em três seções. Na primeira delas, busca esclarecer o tema da pesca na Amazônia, abordando o contexto do desenvolvimento pesqueiro. Na segunda seção, discute a pesca nas comunidades rurais e na área urbana de Parintins. Por fim,

a terceira seção trata da discussão sobre radiodocumentário, com ênfase no processo de produção de rádios educativas e culturais. Partindo desses pontos, amparados metodologicamente numa revisão bibliográfica, foi possível construir um substrato teórico suficiente para avançar nas principais discussões acerca do tema.

Sendo assim, este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo geral criar um radiodocumentário a fim de discutir a promoção da pesca sustentável em Parintins (AM). Já como objetivos específicos, destacam-se: a) ouvir pescadores e identificar os principais desafios da pesca sustentável; b) informar sobre os órgãos que fazem fiscalização e quais são as fiscalizações; c) narrar a relação da comunidade ribeirinha com a pesca.

Percurso para a escolha do tema: a inter-relação com a natureza e o ambiente rural

Nesta parte introdutória do relatório, adoto a linguagem em primeira pessoa para contar um pouco da experiência e da minha trajetória dentro da área pesqueira a partir da extensão que me motivou a escolher este tema de pesquisa. Trabalhar as questões ambientais foi uma escolha que fiz após a saída do Ensino Médio, em 2016, ocasião em que tive a oportunidade de estudar o curso Técnico em Recursos Pesqueiros no Instituto Federal do Amazonas (IFAM), onde tive contato com atividades de extensão. No ano de 2018, ingressei no curso de Comunicação Social-Jornalismo e recebi o convite para participar de atividades de extensão envolvendo jovens de comunidades rurais no Lagunho (região constituída por seis comunidades) do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Vila Amazônia, Município de Parintins (AM). Tal projeto de extensão, intitulado “Protagonismo Juvenil, Movimentos Sociais e Educação do Campo”, coordenado pela Profa. Dra. Maria Eliane de Oliveira Vasconcelos, foi realizado no segundo semestre daquele ano e teve como resultado a percepção das situações de invisibilidade, exclusão e problemas que envolviam o uso dos recursos pesqueiros nessas comunidades.

A partir desta vivência, surgiu a oportunidade de estágio no Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), onde tive um maior contato com a prestação de serviços de assistência Técnica e Extensão

Rural. Em 2021, o Grupo Ambiental Natureza Viva (GRANAV), por meio da entidade representativa das comunidades do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) ilha do Paraná de Parintins, Projeto de Assentamento (PA) Vila Amazônia e da Cooperativa Agroextrativista e Turismo do Lago do Máximo (COOPMAFA), solicitou das instituições governamentais – em específico do IDAM – o acompanhamento e apoio técnico para que, em conjunto, se verificasse a situação do acordo de pesca para a regulamentação pelos órgãos do Estado.

Dessa forma, foram firmados encontros comunitários baseados nas necessidades dessas comunidades, em específico em torno da busca pelo apoio governamental para dar efetividade ao acordo. A pesca desregulada vem causando problemas para regiões no município de Parintins, sendo a principal delas a diminuição de peixes nos rios e lagos, com resultados negativos para as comunidades ribeirinhas que têm no peixe a sua principal fonte de sobrevivência.

Em decorrência dessas iniciativas, o radiodocumentário nasce com o objetivo de divulgar os recursos presentes na região amazônica, em específico no município de Parintins. A pesca é uma das atividades humanas mais importantes na Amazônia, constituindo-se em fonte de alimento, comércio, renda e lazer para grande parte de sua população, especialmente a que reside nas margens dos rios de grande e médio porte (SANTOS; SANTOS, 2005). A escolha pelo formato radiodocumentário se deu pelo produto jornalístico apresentar acesso facilitado nas emissoras de rádio locais e participação efetiva na vida dos parintinenses. De acordo com MCCAN-ERICKSON (2001, p.192), “a principal vantagem do documentário sobre a fala direta é tornar o tema mais interessante e mais vivo ao envolver um maior número de pessoas, de vozes, e um tratamento maior de amplitude”.

Diante disso, almeja-se que este produto jornalístico represente um marco na geração e divulgação de dados sobre a pesca na região amazônica, em específico nas comunidades rurais do município de Parintins e seu entorno. Espera-se, ainda, que o radiodocumentário atenda aos anseios dos diversos segmentos envolvidos ao acordo de pesca para jogar luz para o debate, colaborando, assim, com as discussões acerca do tema.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 A pesca na Amazônia: contexto do desenvolvimento pesqueiro

A atividade da pesca faz parte do dia a dia das pessoas na região amazônica. O desenvolvimento pesqueiro na Amazônia é praticado desde o período pré-colombiano, em que existia um comércio diversificado da pesca por se tratar do principal alimento. No curso cronológico do aldeamento pré-histórico da Amazônia, segundo Simões (1982) e Roosevelt (1992) *apud* Pereira (1996), observam-se, na sequência das diversas formas de povoamento, traços culturais reveladores da antiguidade da pesca e coleta na Amazônia e práticas que indicam a apropriação pelos grupos de caçadores, coletores e ceramistas daquela época.

No período pré-colonial e durante os três primeiros séculos de colonização portuguesa, a pesca era exercida basicamente sobre o peixe-boi (*Trichechus inunguis*), a tartaruga (*Podocnemis expansa*) e o pirarucu (*Arapaima gigas*). Dada a intensidade da pesca, esses animais tiveram suas populações drasticamente reduzidas (SANTOS, 2005). Com a colonização europeia, as áreas de várzea foram habitadas por ribeirinhos que encontraram na pesca a sua atividade de subsistência.

Até então a Amazônia era uma região geográfica e economicamente isolada. Diante desta realidade, através da implantação do governo militar, houve o processo de colonização visando a economia.

A abertura de estradas, como a Belém-Brasília, e a implantação, pelo governo militar, do programa “Operação Amazônica” estimulou um processo de colonização. As ações visando o “desenvolvimento econômico” regional incluíam a construção de vias de comunicação, a urbanização ao longo das principais rodovias, a ocupação militar das fronteiras e um programa de incentivos fiscais e de linha de crédito que atraiu capitais nacionais e internacionais para a região. (RUFFINO et al., 2005, p. 15).

Ainda que não fossem diretamente direcionadas para a pesca, as políticas nesse período provocaram mudanças significativas no interior do estado do Amazonas, com a introdução dos motores a diesel, fibras de náilon, monofilamento para as redes de malha e instalação de frigoríficos, surgindo assim a figura do pescador profissional. Diante do surgimento da pesca predatória, acontece a incorporação de conceitos voltados para a proteção

ambiental, com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para evitar o colapso dos recursos pesqueiros, norteados o seu uso sustentado.

Com o passar dos anos, a partir dos anos 2000 a pesca passou a ser baseada no modelo predatório e culminou no que ficou conhecida como “crise do peixe”, com o insucesso do ordenamento e com a diminuição da quantidade de peixe por conta da comercialização (RUFFINO, 2005). Dessa forma, o uso desordenado trouxe o declínio pesqueiro e, principalmente, conflitos de pesca que se estenderam nos municípios do estado, em decorrência de iniciativas que priorizavam o desenvolvimento do capitalismo sem levar em consideração os custos sociais e ambientais.

Atualmente, como resposta a esta situação, algumas regiões desenvolvem manejos próprios ou promovem discussões para o controle da pressão dos recursos pesqueiros, como ocorre nas comunidades rurais do município de Parintins.

1.2 A pesca nas comunidades rurais e área urbana de Parintins

No município de Parintins, localizado a cerca de 368 quilômetros de Manaus, pelo rio Amazonas, a pesca é uma das atividades extrativistas mais tradicionais e importantes do ponto de vista socioeconômico, ecológico e cultural. Em registros que remontam à segunda metade do século XVIII, em viagens de exploração do rio Amazonas realizada por figuras históricas como José Pedro Cordovil, em que a pesca de pirarucu nos largos próximos e à agricultura era uma atividade comum, sendo a população indígena que habitava as margens da região os primeiros a sofrerem os efeitos desta colonização.

Esse cotidiano, para Brito (2010), é ressaltado através da importância do conhecimento do pescador ribeirinho em relação ao ambiente:

(...) importante percepção espacial dos ribeirinhos sobre o tempo, indicando uma conotação mais ecológica do que propriamente cronológica acerca do tempo em atividades pesqueiras, onde o homem e natureza se relacionam dicotomicamente com a variação sazonal do rio (...). O tempo ecológico que os pescadores das localidades internalizam de seu meio envolvente reflete a representação social do uso direto

e indireto das águas de trabalho. O uso direto da água se refere ao conhecimento prático sobre o manuseio dos ambientes aquáticos, por exemplo, dos recursos pesqueiros. O uso indireto da água, por sua vez, se relaciona ao conhecimento prático acerca das atividades que dependem das condições de existência da água: por exemplo, a água para o transporte, a água para o cultivo agrícola ou a água para o uso doméstico (BRITO, 2010, p. 46).

Assim, o município encontra-se na maior bacia hidrográfica do planeta, o que permite à população urbana e rural a oferta dos recursos pesqueiros. Segundo Machado (2012), existem diferentes categorias de pescadores. Sendo estas três tipologias as mais utilizadas na região amazônica, de forma específica, no município de Parintins: 1) Pescador Profissional: é aquela praticada por pescadores que se deslocam para lugares distantes de suas residências, o peixe tem destino na venda para frigoríficos e grandes centros urbanos; 2) Pescador Artesanal: é definida como a exploração de recursos pesqueiros por formações socioeconômicas de pequena escala sendo seu principal interesse a comercialização, embora esta possa ser, em parte, destinada ao consumo doméstico e na instrumentalização de seus apetrechos de pesca; e 3) Pescador de Subsistência: também conhecida como os pescadores polivalentes, são aqueles que realizam diferentes atividades, como criação de animais; refere-se àquele grupo social que apresenta uma economia diversificada, tendo a pesca como atividade complementar às outras. Ainda de acordo com Machado (2012), os três mantêm relação de produção e de trabalho que influenciam nas dinâmicas econômicas, sociais e ambientais da Amazônia.

Com o processo acelerado do crescimento urbano e o êxodo rural houve o acompanhamento da atividade direcionada à pesca, com o crescimento exponencial e com lacunas existentes. Essas lacunas no acompanhamento das atividades norteiam a falta de informações para o subsídio dos recursos e sua comercialização. De acordo com Ruffino:

A coleta de dados sobre a produção pesqueira não é tarefa fácil. As enormes distâncias, a complexa geografia da Amazônia, o dinâmico ciclo de inundações, que definem a formação de lagos, canais e várzeas de fundamental importância para a pesca, tornam essa tarefa extremamente difícil. Por isso e por suas características, que são principalmente artesanais, a pesca da região é denominada de "pesca difusa". (RUFFINO, 2002, p.11)

O comércio da produção local é bastante diversificado, os peixes são vendidos em feiras fixas que são estruturadas, em sua maioria, por meio dos próprios vendedores, em boxes disponibilizados pela Prefeitura de Parintins e pela existência de bancas. As feiras livres são encontradas nas áreas externas dos mercados e, durante o dia, em alguns bairros da cidade. Os pescados também podem ser encontrados nas áreas externas e internas dos mercados e, durante alguns dias da semana, em bairros do município com maior movimentação. Essa extensão de vendas está presente nos estabelecimentos privados com peixes de maior consumo, como o tambaqui e pirarucu, com sua comercialização *in natura*. Essa dinâmica da exploração dos recursos pesqueiros é uma parte fundamental das ciências pesqueiras que têm recebido pouca atenção da pesquisa e, portanto, pouco tem contribuído para o manejo da pesca (CARVALHO, 2017).

Frente a essa realidade, um diagnóstico intitulado “Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Parintins para os anos de 2005 a 2012”, realizado por meio do Projeto Manejo Recursos Naturais da Várzea, apresenta problemas e estrangulamentos no uso dos recursos naturais. O plano trata como principal questão a disputa dos pescadores artesanais das comunidades locais com frotas comerciais de outro local, não fazendo parte do município e até mesmo estado, em lagos e paranás, com a utilização de apetrechos inadequados e predatórios de captura. De acordo com Leis:

[...] problemas ambientais são efeitos ‘inesperados’ do modo de desenvolvimento econômico dominante (capitalista-industrialista), que se legitima atendendo às demandas de consumo da população, e que por sua vez continua aumentando dentro de um planeta com capacidade de sustentação limitada. (LEIS, 2001, p. 16).

O estudo realizado por Guerreiro (2006), intitulado “Acordo de pesca: Instrumento para a co-gestão do uso dos recursos pesqueiros no município de Parintins-Am”, apresenta o município como local em que se têm as iniciativas de gestão do uso dos recursos pesqueiros que estão em processo de maior visibilidade, através de organizações comunitárias e grupos ambientais como o GRANAV, cujas iniciativas expressam a preocupação e responsabilidade no uso

dos recursos. Nesse sentido, o Grupo Ambiental Natureza Viva realiza trabalhos para a conscientização das comunidades ribeirinhas, segundo a autor

O movimento eclodiu por iniciativa de lideranças comunitárias do Paraná de Parintins de Baixo, que começaram a mobilizar as comunidades para impedir a ação dos “pescadores de fora”, visando evitar a escassez de peixes para suas famílias. Conseqüentemente, desencadearam-se conflitos entre esses dois grupos de usuários e, na maioria dos casos, as ações dos ribeirinhos, que compreendiam vigília de lagos, apreensão de apetrechos e até mesmo expulsões de barcos pesqueiros, eram consideradas ilegais pelas autoridades competentes. (PANTOJA, 2006, p. 69)

Diante disso, as iniciativas abrangem debates em que as comunidades ribeirinhas buscam o uso de forma sustentável e a conscientização da área urbana. De acordo com Bocarde e Lima (2008), em Parintins, desde a década de 1970, os acordos de pesca eram firmados entre as comunidades usuárias de determinado lago e registrados em ata. Em alguns casos, esses acordos foram validados pelo Ministério Público, por meio da emissão de um documento chamado “Termo de Conciliação”. Foi o caso do Lago do Comprido (região do Paraná de Parintins), Lago da Benedita (região do Mocambo/Cabury) e Lago do Zé Açú (região do Zé Açú).

Cruz (2007), em sua tese *Territorialização Camponesa da Várzea da Amazônia*, afirma que:

O acesso livre em busca dos recursos pesqueiros, seja em águas interiores, seja no litoral, é considerado exceção; o que, na verdade, predomina nesses ambientes é a reivindicação pelas comunidades de pescadores dos direitos de usos territoriais. Esses direitos sobre as águas fazem parte do costume da comunidade, herdada da tradição, constituindo um processo de apropriação dos espaços aquáticos. A reivindicação dos usos dos espaços aquáticos pelas comunidades ribeirinhas nada mais é do que a reivindicação de um território de pesca. (CRUZ, 2007, p. 01)

Dessa forma, na busca por novas opções de uso sustentável dos recursos naturais no município, de forma a promover um compartilhamento com responsabilidade, surgiu como único exemplo de acordo regulamentado no município o acordo de pesca da região do Macuricanã. O Acordo de Pesca pode ser conceituado segundo a Instrução Normativa do IBAMA Nº 29, de dezembro

de 2002 como: “um conjunto de normas específicas, decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários dos recursos pesqueiros em uma determinada região definida geograficamente”. De acordo com Silvano (2021), o co-manejo é o termo utilizado para abranger o co-manejo do peixe pirarucu, acordos de pesca e áreas protegidas de uso direto, visto como uma das soluções para a sustentabilidade da pesca no Amazonas.

No contexto da pesca artesanal amazônica, as estratégias de co-manejo têm se mostrado promissoras para promover as várias dimensões (ecológica, econômica e social) da sustentabilidade. Dessa forma, apresentamos a seguir alguns exemplos desses sistemas de co-manejo e discutimos suas contribuições para a conservação e sustentabilidade dos recursos pesqueiros na Amazônia.

Assim, o modelo desejado pelos atuais moradores das áreas rurais foi formado através de diálogos e reuniões participativas em grandes mobilizações sociais, onde as comunidades ribeirinhas exercem a função de assegurar o uso sustentável do ambiente.

1.3 Radiodocumentário: processo de produção de rádios educativas e culturais

O rádio foi o primeiro meio de comunicação de alta distância e velocidade. Com o seu uso, nos lares, famílias se reuniam ao redor do aparelho que era a fonte de entretenimento e informação. Utilizando ondas eletromagnéticas para o envio a partir de uma antena, o meio difundia um sinal amplificado em formas de impulsos elétricos que possuíam falas, músicas e até mesmo ruídos que eram transmitidos aos receptores. Com a transmissão digital, o uso das antenas é substituído por satélites com aparelhos convertendo dados de uma forma mais básica, além de adaptações para a internet. Assim, o processo de produção deste veículo firma o compromisso com outros meios, em seus diversos gêneros.

Kaplún (2017), em seu livro *Produção de Programas de Rádio, do roteiro à direção*, apresenta técnicas dedicadas ao fazer radiofônico. Segundo o autor, os programas devem levar as informações de forma interessante para atrair e servir o povo. Para isso, no processo de produção, faz-se necessário que o

jornalista/produtor conheça o meio em que irá trabalhar, entendendo suas exigências. Assim, a eficácia da mensagem radiofônica dependerá da medida em que se consiga:

1. ser interessante e captar a atenção do ouvinte, sem exigir-lhe um esforço excessivo de concentração; 2. aproveitar o poder de sugestão do meio, estimulando a imaginação do ouvinte e suscitando imagens auditivas; 3. desenvolver uma variada gama de recursos expressivos, valendo-se não só da palavra, mas também da música e dos sons; 4. criar uma comunicação afetiva, que não só fale ao intelecto do ouvinte como também convoque sua sensibilidade e sua participação emotiva; 5. desenvolver a capacidade de empatia, fazendo com que o rádio ouvinte se sinta presente no programa e refletido nele; 6. partir das necessidades culturais dos destinatários e responder às perguntas que estes se formulam; 7. oferecer elementos de identificação ao ouvinte; 8. limitar-se a apresentar poucas ideias e conceitos em cada emissão; saber reiterá-la e ser redundante, sem cair na monotonia; 9. produzir com criatividade. Talvez seja este o denominador comum de todas as possibilidades que oferece o meio radiofônico e de todas suas exigências. A utilização de técnicas criativas é condição essencial da comunicação radiofônica educativa. (KAPLÚN, 2017, p.68)

Para o autor, a linguagem deve localizar-se em outra perspectiva quando escreve para o rádio, tendo sempre presente na base da comunicação a adequação de seu código ao do destinatário. Dessa forma, Kaplún (2017) apresenta os seguintes formatos: a) Monólogo: fala radiofônica individual; b) Diálogo: demanda a interação de dois locutores; c) Dramatizados: uso de várias vozes para uma maior ênfase.

De acordo com Detoni (2018) autores e profissionais do rádio que produzem ou estudam formatos criativos não ficcionais apresentam definições distintas para o termo radiodocumentário, trazendo este gênero como uma peça mais longa e profunda sobre determinado tema. Porém, no que diz respeito ao documentário radiofônico, Kaplún (2017) afirma que se trata de um dos formatos mais relevantes do rádio educativo, por seu compromisso de levar a informação e sua atenção no processo de produção:

Um documentário é uma monografia radiofônica sobre um determinado tema. Cumpre no rádio uma função informativa um tanto similar à do documentário no cinema (os ingleses chamam de documentary, embora também usem a expressão feature). Podemos compará-lo também com o texto jornalístico mais aprofundado publicado junto a fotografias e ilustrações. O

documentário não é uma breve exposição sobre um tema – como o é, por exemplo, uma fala –, mas uma apresentação relativamente completa do tema. Dura em torno de meia-hora ou pelo menos 15 ou 20 minutos. Às vezes há documentários tão interessantes e tão variadas em recursos que chegam a 40 ou a 45 minutos sem que sejam entediantes ou excessivamente longos. (KAPLÚN, 2017, p.134)

Diante do exposto, o processo de produção apresenta elementos que estão nos detalhes de cópias legíveis e chegam à distribuição das escolhas de musicalização e função de cada cortina, sendo um conjunto de elementos que são feitos com cautela para que o público ouvinte possa entender e estender os conhecimentos para um maior número de pessoas, e assim gerar uma cadeia de informação. Segundo Detoni (2018) no Brasil as peças radiofônicas mais elaboradas, com uso de música, efeitos especiais, som ambiente e pluralidades vozes, são raras. Assim, radiodocumentário é uma resposta para questionamentos que são apresentados com responsabilidade e profundidade pelo profissional da comunicação social, frente à realidade local de conflitos socioambientais e à forte participação das comunidades na busca por mudanças desta realidade.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente, foi realizada a revisão do levantamento bibliográfico com o intuito de selecionar os aportes teóricos para o presente estudo, que trate sobre acordo de pesca, sustentabilidade, gestão pesqueira e radiodocumentário. Em seguida, partiu-se para a produção do radiodocumentário propriamente dito. Algumas etapas precisaram ser realizadas de forma que o produto estivesse em sintonia com os objetivos propostos. Assim, três passos foram primordiais para a execução final do produto audiojornalístico: as fases de pré-produção; produção e pós-produção, descritas abaixo.

2.1 Pré-produção

O processo inicial de aproximação em busca de familiaridade com as comunidades foi fundamental para a construção do radiodocumentário, pois ouvir e estar presente nas estratégias tomadas pelos grupos auxiliam para uma

melhor compreensão das dinâmicas socioambientais locais. Logo, esse momento de realização prática ajudou a traçar caminhos das edições sonoras e temas pertinentes, a partir do entendimento das peculiaridades de cada grupo de maneira prévia.

A fase de pré-produção ainda incluiu a elaboração de um pré-roteiro e o agendamento para as entrevistas. A compreensão dessas características colaborou com as estratégias de levantamento de campo e com as demais fases necessárias ao produto. O diálogo foi importante na fase inicial de aproximação, através de conversa informal com líderes comunitários e com instituições estaduais que realizam assessorias técnicas, facilitando o contato da pesquisadora com os participantes.

O trabalho de campo foi realizado entre 12 de fevereiro de 2022 e 21 de março de 2023. Ao participar da primeira reunião intercomunitária, esta pesquisadora se apresentou às lideranças locais e informou os objetivos do estudo junto ao grupo, sendo este um dos momentos importantes para ouvir os passos que seriam sanadas, por se tratar da construção de duas instruções normativas na região do Baixo Amazonas, a saber: 1) o Acordo de Pesca que estabelece regras para o manejo dos ambientes aquáticos do Complexo Hídrico das regiões Zé Miri, Monte Sião, Nossa Senhora do Rosário e Colônia Brasil Rossi, da Região da Gleba de Vila Amazônia, e 2) o Acordo de Pesca que estabelece regras para o manejo dos ambientes aquáticos do Complexo Hídrico das regiões Paraná de Parintins, Valéria, Murituba, Laguinho, Jauari e Miriti situado no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Ilha do Paraná de Parintins e projeto de assentamento (PA) Vila Amazônia.

Esteve presente no processo de pré-produção a organização do calendário de viagem, levantamento de custos e viabilidades de execução por se tratar de regiões em que se tem como principal transporte embarcações com custos de passagens. Neste processo também houve a organização dos materiais a serem utilizados por se tratar de entrevistas em comunidades ribeirinhas. Ocorreu a impressão do documento de direito de imagem, equipamentos de som, como gravador com modelo ICDPX 240 para o armazenamento interno de 4 GB de memória, que apresenta como tempo máximo de gravação até 1080h tem como duração de bateria 2h a 6h. Em relação à seleção de pessoas para o processo de produção, foram feitas

abordagens com auxílio de contatos, por se tratar de regiões que utilizam telefone rural em algumas residências.

Na primeira reunião do acordo do Paraná de Parintins houve a decisão por encontros com um grupo menor de comunitários para a definição de propostas a serem apresentadas nas reuniões intercomunitárias, com eleição de representantes. Nesse sentido, esta pesquisadora participou de quatro reuniões denominadas como “reuniões setoriais”.

Tabela 1 - Reuniões setoriais – Ordenamento Pesqueiro			
Data	Setor	Local da reunião	Comunidades Participantes
12/03/2022	01	Santa Maria do Murituba	Santo Expedito, Santa Luzia, Santo Antônio, São João, São José.
13/03/2022	02	Santa Rita de Parintins	São Paulo, Santa Rita, Betel, Betsemele, Fé em Deus, Divino Espírito Santo, Samaria, Perpetuo Socorro do Paraná
19/03/2022	03	Comunidade Açaí	Santa Clara do Jauari, Santa Clara do Quebra, São Sebastião do Quebra, Independência, Nova Olinda
20/03/2022	04	Comunidade do Miriti	Mato Grosso, Flor de Maria, Santana, Nova Jerusalém, Irmão Coragem

Na região de Nossa Senhora do Rosário não houve a necessidade das reuniões setoriais por se tratar de apenas seis comunidades participantes. A logística para estar presente nas reuniões eram fluviais: os deslocamentos ocorriam às 6h da manhã, com retorno às 16h; na seca, foram utilizados as estradas e os paus de arara, típicos para o escoamento de produção nas comunidades.

As reuniões ocorriam nos finais de semanas, com o espaço de dois meses – os sábados eram destinados para a região do Paraná de Parintins, e os domingos para a região Nossa Senhora do Rosario do lago do Máximo. A estratégia foi adotada como garantia para não haver interferências no cotidiano das comunidades e pela dificuldade de algumas comunidades estarem presentes, devido à distância.

Em todos os encontros, esta pesquisadora organizou um caderno de campo para acompanhar cada etapa com gravações das reuniões por meio do uso de celular, registros fotográficos e anotações de falas que abrangem temas apresentados no radiodocumentário. Durante o processo de criação da instrução

normativa foram necessárias sete reuniões para cada acordo, conforme tabela abaixo.

Tabela 2 - Reuniões setoriais – Ordenamento Pesqueiro		
Reuniões	Comunidades	Data
1º	Nossa Senhora do Rosário	12/02/2022
	Perpétuo do Socorro do Laguinho	13/02/2022
2º	Perpétuo do Socorro do Laguinho	23/04/2022
	Nossa Senhora do Rosário	24/04/2022
3º	Santa Clara do Jauri	18/06/2022
	Nossa Senhora de Assunção	19/06/2022
4º	São José do Laguinho	20/08/2022
	Brasil Roça	21/08/2022
5º	Divino Espírito Santo do Barro	24/09/2022
	Nossa Senhora de Assunção	20/11/2022
6º	Santa Maria do Murituba	19/11/2022
	Nossa Senhora de Assunção	20/11/2022
7º	Menino Deus- Paraná de Parintins	19/03/2023
	Nossa Senhora do Rosário	20/03/2023

Dentre os pontos principais, estavam: o mapeamento participativo para zoneamento, escolha de cotas, regras que serão seguidas após publicação no Diário Oficial e revisões coletivas. Além disso, falas que enfatizavam as dificuldades para a alimentação devido à escassez de peixes, os conflitos com os criadores de búfalos e o uso dos recursos naturais por empresas, além de invasão de frotas pesqueiras. Devido à especificidade de cada comunidade em que a pesquisa esteve presente, para conhecer e colher informações, foram organizadas pastas com o nome de cada região, além de anotações que foram digitadas e enumeradas, servindo de base para o acompanhamento do processo de construção dos acordos.

Para a coleta de dados, foram utilizados equipamentos como cadernos, celular, gravador e computador. A pesquisa de campo teve continuidade nas reuniões comunitárias e intercomunitárias, onde foram selecionados os personagens a serem entrevistados. A delimitação do *lôcus* partiu dos encontros por se tratar de 27 comunidades no total, sendo 21 da região do Paraná de Parintins e 6 da Região de Nossa Senhora do Rosário do Lago do Máximo. Os participantes da pesquisa assinaram o termo de autorização do uso de imagem e voz, documento anexado ao presente trabalho.

A partir da observação participante realizada foi feita a escolha das partes principais para compor o radiodocumentário. Dessa forma, a pesquisa adotou

uma abordagem a partir de um estudo exploratório dos aspectos sociais dos grupos, com o uso de entrevistas intensivas e por meio da análise de documentos com a variação de períodos e coletas de dados descritivos para o relatório.

2.2 Produção

O período de produção teve com preferência o uso de três turnos para as entrevistas, devido aos entrevistados trabalharem durante o dia e definição prévia do local de entrevista ter afetado a permanência na localidade tratando-se dos residentes na área rural. No momento da produção houve uma maior atenção ao ambiente levando em consideração a tranquilidade e, principalmente, o silêncio para uma boa captação de som. Todas as entrevistas ocorreram no mês de maio.

O primeiro entrevistado foi Adilson da Costa da Silva, coordenador do Grupo Ambiental Natureza Viva (GRANAV) e morador da comunidade Menino Deus - Paraná de Parintins do Meio. Na manhã do dia 04 de maio de 2023, ele concedeu a entrevista após contato prévio na própria comunidade. As perguntas direcionadas ao coordenador tiveram como objetivo compreender a mobilização social nas comunidades e seus processos históricos nas discussões sobre os impactos ambientais e a participação das instituições governamentais, federais e municipais.

Na tarde do dia 05 de maio de 2023, esta autora esteve na residência da moradora da Comunidade Nossa Senhora do Rosário, Silvia Leal, atualmente presidente da Cooperativa Agroextrativista e Turismo do Lago do Máximo. Sua entrevista foi previamente marcada por meio do telefone rural da comunidade. A escolha da entrevistada se deu por sua participação direta nos diálogos para a retomada do acordo, pela participação nos processos de documentações e representação das seis comunidades, além de sua preocupação com as gerações futuras muitas vezes enfatizadas nos encontros intercomunitários.

No dia 10 de maio de 2023, esta pesquisadora enviou uma solicitação de entrevista ao Núcleo de Pesca da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), tendo recebido retorno de Rogerio Ferreira Bessa no dia 15 de maio de

2023. O coordenador do Núcleo, por meio do contato telefônico enviado na documentação se disponibilizou a conceder a entrevista por meio do WhatsApp. A escolha do entrevistado teve como principal intuito ouvir as instituições que faziam parte do comitê condutor, além do conhecimento direto do entrevistado nas áreas de gestão e direito ambiental e da sua atuação do núcleo no estado do Amazonas, para atendimento especificado por região.

A solicitação para entrevista com o secretário Azenilson Santos de Aquino, secretário do Meio Ambiente do município de Parintins (SEDEMA), ocorreu na manhã do dia 16 de maio de 2023, a qual foi marcada para a tarde da mesma data na própria Secretaria. A escolha do quarto entrevistado deveu-se a sua atuação como biólogo e por sua especialização em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia, além do seu acompanhamento direto no primeiro acordo instituído no município. Ele também atuou diante das ocorrências de conflitos socioambientais no município, sendo a SEDEMA através de seus representantes, importantes enquanto atuantes no comitê condutor.

A entrevista com a docente do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas, Maria Eliane de Oliveira Vasconcelos, ocorreu na noite do dia 23 de maio de 2023, na própria universidade. A escolha da professora teve ligação direta com a sua atuação nas comunidades ribeirinhas através de projetos de pesquisa e extensão voltadas para a temática da educação do campo, educação ambiental e formação de liderança, além das rodas de conversas em geral organizadas através do Fórum Parintinense de Educação do Campo, das Florestas e das Águas (FOPINECAF), formado por instituições públicas das quais a professora faz parte.

Por fim, foi entrevistado José de Oliveira Ramos, na Unidade local Parintins do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Amazonas (IDAM). A escolha se deu devido a sua participação durante quatro décadas na função de extensionista rural e por suas experiências em processos históricos das discussões de ordenamento pesqueiro até os dias atuais.

Tabela 3 – Calendários das entrevistas realizadas

Data	Entrevistado(a)
04/05/23	Adilson da Costa Silva (Presidente do Grupo Ambiental Natureza Viva-GRANAV)

05/05/23	Silvia Correa Leal (Presidenta da Cooperativa Agroextrativista e Turismo do Lago do Máximo)
15/05/23	Rogério Ferreira Bessa (coordenador do Núcleo de Pesca da SEMA (Secretária de Estado de Meio Ambiente)
16/05/23	Azenilson Santos de Aquino (secretário do Meio Ambiente do município de Parintins)
23/05/23	Maria Eliane de Oliveira Vasconcelos - Docente da Universidade Federal do Amazonas – UFAM Campus Parintins
30/05/23	José de Oliveira Ramos (Extensionista Social)

2.3 Pós-produção

Esta etapa foi destinada à organização do material coletado que constitui a formação do radiodocumentário e, em seguida, o relatório técnico. Nessa parte do trabalho entrou o processo de converter todas as entrevistas e transcrevê-las para facilitar a seleção de sonoras no roteiro final. O processo de decupagem teve como foco apresentar aspectos curiosos da vida e vivência dos entrevistados relacionados à pesca, assim como informações sobre reflexão sociocultural da inserção das comunidades em que se tem o andamento do acordo de pesca.

A linguagem do roteiro apresentou uma redação objetiva, linear e clara: texto para ser ouvido e para ser contado, e não para ser lido (PRADO,1989). Também foi feita uma revisão cuidadosa do texto. “A linguagem, sempre correta, é, entretanto, a da gente comum são evitadas palavras pouco usadas, de grafia ou de pronúncia difícil, bem como vocábulos ou estrangeirismos” (MCCAN-ERICKSON,1963, p.11). O texto foi redigido na ordem direta (= sujeito + verbo + complemento), priorizando o uso da voz ativa. Quanto à formatação, o roteiro foi digitado com espaço duplo para facilitar a leitura, letras grandes e margens bem definidas entre os lados (permitindo alterações e acréscimos).

3. DESCRIÇÃO DO PRODUTO

Este produto, intitulado *Radiodocumentário “Sustentabilidade na pesca em Parintins (AM): regulamentar ou não o acordo?”*, é um radiodocumentário de 24 minutos e 8 segundos, captado por meio do gravador e reproduzidor de voz *SONY ICD-PX240* e editado no programa Audacity, contendo sonoras, BG's e trilhas brandas.

Foram captadas seis entrevistas para a produção deste documentário radiofônico, seguindo as temáticas e métodos propostos ao longo desta produção.

- Adilson da Costa Silva - Presidente do Grupo Ambiental Natureza Viva-GRANAV
- Silvia Correa Leal - Presidenta da Cooperativa Agroextrativista e Turismo do Lago do Máximo
- Rogerio Ferreira Bessa - coordenador do Núcleo de Pesca da Secretária de Estado de Meio Ambiente - SEMA
- Azenilson Santos de Aquino - secretário do Meio Ambiente do município de Parintins -SEDEMA
- Maria Eliane de Oliveira Vasconcelos – Docente da Universidade Federal do Amazonas – UFAM Campus Parintins
- José de Oliveira Ramos – Geografo e Extensionista Social – Servidor do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Amazonas – IDAM

Equipamentos e Infraestrutura	
Para gravação:	Redme Note 9 – Gravador de Voz Gravador e reproduzidor de voz <i>SONY ICD-PX240</i>
Para armazenamento:	Google Drive
Para edição:	Audacity 3.3.2

Ficha Técnica:**Direção/Produção/Roteiro/ Locução:** Adria Helena Xavier Albuquerque**Co-produção/ Edição:** Adria Helena Xavier Albuquerque e Valcemir Costa**Orientação:** Profa. Dra. Marina Magalhães de Moraes**Custos**

ATIVIDADES/MATERIAL	CUSTO
Edição do radiodocumentário	R\$ 300,00
Internet	R\$100,00
Gravador de Voz Sony Icd px240	R\$ 300,00
Transporte Fluvial (balsa, barco)	R\$ 400,00
Transporte terrestre (Pau de arara)	R\$ 200,00
Alimentação	R\$ 150,00
Valor Total	R\$ 1.550,00

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste radiodocumentário foi possível se debruçar diante das perspectivas no ambiente das populações ribeirinhas. As pesquisas e a presença direta nas comunidades modificaram pensamentos massificados diante da região amazônica, a “fonte inesgotável” de recursos naturais passa a ficar em relatos distantes. Quando se ouve aqueles que estão em constante sintonia com a natureza, e se vivencia a realidade, você passa a disciplinar pensamentos que partem da consequência de iniciativas criadas de forma conjunta, como as políticas públicas que intensificaram as discussões sobre as atividades pesqueiras nas comunidades rurais do município de Parintins (AM).

Tal experiência minimiza, assim, o olhar da inexistência da escassez de alimentos e da água que não pode ser consumida, além da ausência da vegetação aquática nos canais de igarapés. Ao caracterizarmos o morador das áreas de várzea e terra firme, abrangemos a percepção da realidade das localidades e os processos sociais específicos. Assim, as reflexões apresentadas neste radiodocumentário passam a assumir o registro de um projeto de construção coletiva, em que é traçado pela própria população.

Em certos momentos, se faz necessário distanciar, percorrer novos caminhos e ouvir histórias que ensinam o valor da persistência por vezes tomam-se uma exclamação, em meio a inúmeras interrogações vivenciadas no restante do mundo. Portanto, as reflexões coletadas e apresentadas nesta produção estão entrelaçadas, por um lado, pelas variações das condições de vida, e por outro, pela busca por respostas frente aos conflitos existentes.

REFÊRENCIAS

BOCARDE, F.; LIMA, N. **Construindo acordos de pesca: experiências de gestão participativa em Parintins**. Brasília, DF: Ibama, 2008. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://repositorio.inpa.gov.br/bitstream/1/12940/1/tese_inpa.pdf&ved=2ahUKEwjb8d0gKf6AhUkr5UCHfw8AycQFnoECBAQAQ&usq=AOvVaw2dmwQeUZVwrtoK68PMj_hz>Acesso em: ago. 2022

BRITO, M.A.S. **Ambientes, Práticas de Pesca, Territorialidades no Uso do Lago Grande de Manacapuru – AM**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus – 2010. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://repositorio.inpa.gov.br/bitstream/1/12940/1/tese_inpa.pdf&ved=2ahUKEwjb8d0gKf6AhUkrHfw8AycQFnoECBAQAQ&usq=AOvVaw2dmwQeUZVwrtoK68PMj_hz>Acessado em: ago.2022

CARVALHO, Marina Freitas. **A pesca de atuns na costa de Sergipe**. 2017. 55 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Recursos Pesqueiros e Aquicultura) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017.

CRUZ, M.M.S. **Territorialização Camponesa da Várzea da Amazônia**. Tese de Doutorado. (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP 2007 - Universidade de São Paulo, 2007.

DETONI, Márcia. **O documentário no rádio: desenvolvimento histórico e tendências atuais**. 2018. 82f. Pesquisa pós-doutoral (Programa de Pós-graduação em Meios e Processos Audiovisuais) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS. Instrução Normativa nº 29 de 31 de Dezembro de 2002.

KAPLÚN, M. **Produção de programas de rádio**. Do roteiro a direção. São Paulo: Insular, 2017. Disponível em: <<http://portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/radioproducaoPROGRAMAS06102017.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2022.

LEIS, H. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: VIOLA, E. et. al. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

MACHADO, Márcia Maria Souza. **Organização social e conflitos na pesca no complexo do Macuricanã – Parintins/AM**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amazonas, 2012.

MCCAN-ERICKSON. Repórter Esso: Manual de produção. Rio de Janeiro, 1963.

PANTOJA, Geandro Guerreiro. **Acordo de Pesca: instrumento para a co-gestão do uso dos recursos pesqueiros no município de Parintins-AM**. 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010. PEREIRA, Edithe da Silva. 1996. **Las pinturas y grabados ruspestres del Noroeste de Pará, Amazônia, Brasil**. Pará, Amazônia, Brasil. Pará, Amazônia, Brasil. Tesis (Doctoral) – Universitat de Valencia, Facultad de Geografía i Història, Valencia. v. 2

PRADO, Emílio. **Estrutura da Informação Radiofônica**. In: Marco Antônio de Carvalho. São Paulo: Summus, 1989.

RUFFINO, M.L. **Estatística pesqueira do Amazonas e Pará**. 1.ed. Manaus: Ibama/ProVarzea, 2005.

RUFFINO, M.L. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazonia**. 2.ed. Manaus: Ibama/ProVarzea, 2002.

SANTOS, G. M. DOS.; SANTOS, A. C. M. DOS. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 165–182, maio 2005.

APÊNDICE I

ROTEIRO

Radiodocumentário: **“SUSTENTABILIDADE NA PESCA EM PARINTINS (AM)”**: regulamentar ou não o acordo?

TÉCNICA	TEMPO	LOCUÇÃO
Anúncio do tema do radiodocumentário com BG- Instrumental Saga de um canoero	5s.	“SUSTENTABILIDADE NA PESCA EM PARINTINS (AM)”
SOBE SOM- INSTRUMENTAL SAGA DE UM CANOEIRO.	10s	
LOC: ADRIA ALBUQUERQUE	13s	O Amazonas é privilegiado em disponibilidade dos recursos naturais./ Ainda assim, não se manteve imune aos conflitos sociais e à exploração predatória do ambiente. //
SOBE SOM- INSTRUMENTAL SAGA DE UM CANOEIRO.	6s	
LOC: ADRIA ALBUQUERQUE	20s	Em seu longo percurso, os rios das regiões do município de Parintins são vítimas de várias agressões à natureza./ Como exemplo estão a pesca em grande escala, alterações de habitats pela criação de búfalos, entre outras atividades que assumem um perfil que afeta o sistema e a biodiversidade... Além, dos meios de vida das populações ribeirinhas.//
SOBE SOM- INSTRUMENTAL SAGA DE UM CANOEIRO.	5s	
LOC: ADRIA ALBUQUERQUE	22s	Diante desta realidade, diversas providências vêm sendo articuladas para promover a preservação dos recursos naturais. // <p>Hoje o enfoque é a sustentabilidade. / Ela apresenta como ponto primordial o uso racional dos recursos dos rios, sem esquecer as gerações futuras!//</p> <p>Esse radiodocumentário foi desenvolvido em parceria com a COOPMAFA (Cooperativa Agroextrativista e Turismo do lago do Máximo) e GRANAV (Grupo Ambiental Natureza Viva), instituições que trabalham com a sustentabilidade nas comunidades ribeirinhas em Parintins.//</p>
Subtema 1		

BG: INSTRUMENTAL SAGA DE UM CANOEIRO.	6s	Discussão histórica sobre os conflitos de pesca
LOC ADRIA ALBUQUERQUE	35 s	Essa ideia, aparentemente nova, começou a ser discutida pela comunidade através de acordos firmados./ Eles são vistos pelo presidente do Grupo Ambiental Natureza Viva-GRANAV, Adilson Costa, como resultado de um processo histórico./ Tal processo veio acompanhado da queda da juta, claramente percebida pelos moradores da várzea, trazendo um aumento expressivo da pressão sobre a fauna aquática...//
SONORA 1: ADILSON DA COSTA	48s	DI: Desde a década de (...) DF:(...) da alimentação da pesca o ano inteiro.
LOC: ADRIA ALBUQUERQUE	20s	Na área do Paraná de Parintins, as iniciativas incluíam também as comunidades de terra firme.// As regras eram instituídas por meio da seleção de lagos em que a pesca comercial e os arreios predatórios eram proibidos./ Além disso, também havia a restrição de algumas quantidades de peixes por comunitário, conhecida como cota parte.//
SONORA 2: JOSÉ RAMOS	46s	DI: Antes de fazer (...) D.F: (...) ser punidas.
LOC:ADRIA ALBUQUERQUE	25s	Os registros de manejo dos recursos naturais encontrados em Parintins são lembrados e associados à mobilização comunitária./ Eles representam uma tentativa de impor regras para o uso comum das áreas de conservação.// O secretário do Meio Ambiente do município de Parintins, Azenilson Santos de Aquino, enfatiza este importante momento de gestão e participação social por meio das novas tecnologias pesqueiras.//
SONORA 3: AZENILSON SANTOS	43s	DI: Antigamente quem (...) DF:(...) junto com as comunidades.

LOC: ADRIA ALBUQUERQUE	33s	O pirarucu é um dos peixes de maior importância na região amazônica, visto que pode chegar a dois metros de comprimento./ Porém, nos dias atuais é uma espécie superexplorada, como destaca a presidente da COOPMAFA, Cooperativa Agroextrativista e Turismo do Lago do Máximo, da comunidade Nossa Senhora do Rosário./ Silvia Leal conta que existe uma proibição da pesca do pirarucu de 1° de dezembro a 31 de maio, período em que ele se reproduz./ Mas nem sempre esse acordo era respeitado.//
SONORA 4: SILVIA LEAL	27s	DI: No início (...) DF:(...) dado certo.
LOC: ADRIA ALBUQUERQUE	8s	Silvia Leal relembra a experiência positiva do manejo de pirarucu, que inicialmente mostrava resultado para o Lago do Máximo.//
SONORA 4: SILVIA LEAL	21s	DI: Não era vendido (...) DF:(...) do Lago.
LOC: ADRIA ALBUQUERQUE	31s	Mesmo diante dos acordos e manejos firmados, geleiras e pescadores de fora das comunidades passaram a frequentar as margens dos rios.// A fiscalização dos lagos era feita por moradores e por agentes ambientais voluntários, trabalho que consumia horas de dedicação ...// Assim, os conflitos com os moradores das comunidades próximas cresciam na disputa entre preservação e acesso aos lagos.//
SONORA 5: ADILSON COSTA	38s	DI: Desde o começo (...) DF:(...) conta essas histórias.
BG: Sonora Musical	13s	Os conflitos em torno da pesca não eram somente internos./ Também existiam acusações e confrontos com barcos pesqueiros de fora, que utilizavam arreios predatórios, como afirma José Ramos./ Naquela época, ele exercia a função de

		presidente do IBAMA no estado do Amazonas.//
SONORA 6: JOSÉ RAMOS	48s	DI: É que o (...) DF:(...) não tinha.
LOC: ADRIA ALBUQUERQUE	10s	De um lado, desacreditados e sem apoio institucional, os debates sobre os estoques pesqueiros paralisam./ Do outro, continua o desrespeito as iniciativas dos acordos comunitários de pesca, e sistemas de lagos de preservação...//
SUBTEMA 2		
BG: Sonora Musical	3s	A retomada da construção do acordo de pesca
LOC: ADRIA ALBUQUERQUE	11s	Em 2020, as iniciativas em busca da preservação dos recursos naturais voltaram a ser discutidas no município de Parintins./ Isso ocorreu dez anos após a primeira tentativa de regularização.//
SONORA 7: Adilson Costa	21s	DI: No ano de 2000 a 2007 (...) DF:(...) seria o acordo.
LOC: ADRIA ALBUQUERQUE	12s	As ações desenvolvidas pelas comunidades sinalizam a busca de alternativas para aumentar os estoques pesqueiros./ Para Silvia Leal, as ameaças dos estoques pesqueiros estavam visíveis, principalmente nos lagos com a perda dos alimentos.//
Sonora 8: Silvia Leal	24s	DI: Porque também (...) DF:(...) ter um benefício.
LOC: ADRIA ALBUQUERQUE	13s	A professora Maria Eliane, do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), campus Parintins, comenta a retomada para os acordos./ Para ela, a tratativa faz com que renasça a esperança frente ao processo de degradação ambiental que tanto afeta a comunidade.//

Sonora 9: Maria Eliane	60s	DI: A pesca predatória ela (...) DF:(...) comunidades ribeirinhas.
LOC: ADRIA ALBUQUERQUE	15s	A reflexão torna-se, então, importante para as comunidades se mobilizarem novamente./ Os problemas nos lagos e as denúncias constantes são transformadas em forças para os comunitários não desistirem e irem em busca de mudanças que beneficiem a todos!/ A presidente da COOPMAFA avalia o cenário.//
Sonora 10: Silvia Leal	27s	DI: Por que não(...) DF:(...) todo mundo começou a fazer.
LOC: ADRIA ALBUQUERQUE	26s	Em 2021, as comunidades enviaram um ofício ao IDAM, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas./ O documento solicitava a regulamentação dos acordos em 25 comunidades. que envolviam 22 lagos por meio do GRANAV, e outras quatro comunidades por meio da COOPMAFA.// Além, do apoio técnico nas áreas do Associativismo, Aquicultura e Pesca, os comunitários solicitavam acompanhamento na criação da minuta do acordo de forma conjunta./ José Ramos, hoje extensionista rural no IDAM Parintins, explica que o acordo precisa seguir normas técnicas para ser regulamentado pelos órgãos do Estado.//
Sonora 12: José Ramos	49s	DI: Nós recebemos um (...) DF:(...) na região.
LOC: ADRIA ALBUQUERQUE	24s	Para o secretário de meio ambiente, Azenilson Aquino, as lendas amazônicas exerciam um importante papel diante da dependência da natureza para a sobrevivência das pessoas./ Lendas como a do curupira, da lara, da boiuna, cobra grande, constituídas ao redor da floresta, foram se perdendo ao longo do tempo, dando lugar às leis...//

SOB SOM -Instrumental suspense	8s	
SONORA 13 - AZENILSON AQUINO	40s	DI: Antigamente não tínhamos (...) DF:(...) vem de fora.
LOC:ADRIA ALBUQUERQUE	15s	A lei número 11.959, de 29 de junho de 2009, regulamenta a política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca. / Ela define ao estado o ordenamento da pesca, nas águas continentais e suas respectivas jurisdições, observando a legislação aplicável.// O coordenador do Núcleo de Pesca da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Rogerio Bessa, explica a forma que a SEMA conduz os acordos no Amazonas.//
Sonora 13: Rogerio Bessa	32	DI: O IBAMA era (...) DF:(...) lei federal.
LOC:ADRIA ALBUQUERQUE		O novo momento mobiliza não somente as comunidades./ Mas instituições governamentais, municipais e federais, fazendo com que o processo seja dinamizado e construído de forma coletiva. //
Subtema 03		
BG: INSTRUMENTAL SAGA DE UM CANOEIRO.	10s	Acordos viram lei! Etapas da construção
Sonora 14: Adilson Costa	15s	DI: O acordo de pesca (...) DF:(...) na portaria.
LOC:ADRIA ALBUQUERQUE	26s	Como afirma Adilson Costa, o acordo de pesca a comunidade é quem faz!// Ao todo, foram sete reuniões intercomunitárias para chegar à formatação final de uma proposta./ O debate passou por quatro etapas, sendo a primeira delas a sensibilização da comunidade. / Nessa fase os moradores entenderam a necessidade do controle das atividades pesqueiras.// Adilson explica que alguns comunitários sentiram receio frente às regras que seriam estabelecidas. //

Sonora 15: Adilson Costa	20s	DI: Muitas pessoas não (...) DF:(...) necessário que isso aconteça
LOC: ADRIA ALBUQUERQUE	16s	O conhecimento sobre as leis e as instruções normativas passaram a fazer parte do enfoque nas chamadas “mobilizações comunitárias”./ A participação das comunidades dinamizaram a escolha das regras, recebendo o apoio das instituições como afirma José Ramos.//
Sonora 16: José Ramos	26	DI: muitas pessoas não (...) DF: pensamentos das pessoas
LOC: ADRIA ALBUQUERQUE	21	A segunda fase trata do estabelecimento das regras de uso das áreas de pesca, através da aceitação de cada morador. / Assim, cada comunitário passava a ser um defensor do acordo, como afirma Silvia Leal.//
Sonora 17: Silvia Leal	37s	DI: Surgiu sobre as cotas (...) DF:(...) muito interessante.
LOC: ADRIA ALBUQUERQUE	48s	A terceira fase é feita inteiramente pelos próprios moradores, para o chamado “Zoneamento dos ambientes aquáticos”./ Nesta etapa, os lagos, rios, igarapés e demais recursos hídricos passam a ser classificados em quatro categorias./ A primeira delas é a área de preservação, destinada à reprodução e desenvolvimento das espécies./ A segunda se refere à área de subsistência, destinada para a pesca de consumo doméstico./ Já a terceira é a área comercial, destinada à atividade de pequena escala comercial, respeitando as cotas estabelecidas./
LOC: ADRIA ALBUQUERQUE	48s	Após discussões e encontros, vêm a última etapa que trata da validação do documento! / Esse documento, feito através da instrução normativa, passa pelo processo de assinatura e publicação pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente // Os acordos, quando homologados, passam a ter força de lei./ Eles têm como objetivo principal a preservação dos estoques

		pesqueiros presentes nos rios, lagos e igarapés//
LOC: ADRIA ALBUQUERQUE	27s	Após a publicação no Diário Oficial, o Acordo de Pesca irá se tornar um instrumento com a força de lei./ Por meio deste acordo, as lideranças comunitárias podem fiscalizar de forma mais eficiente, como afirma o coordenador do Núcleo de pesca da SEMA, Rogerio Bessa.//
Sonora 20: Rogerio Bessa	26	DI: É aí que de fato (...) DF:(...) nesse processo.
BG: Sonora Musical captada nas reuniões	BG: Sonora Musical	BG: Sonora Musical
	37s	Como afirma a composição de Caetano Medeiros: "No sol ou na chuva não desiste de lutar, Que verga mais fica de pé, São proas do próprio caminho, Nem banzeiro, nem redemoinho, As impede de chegar!"// O ordenamento concreto de uma comunidade representa a afirmação de capacidades e habilidades. / Muitas vezes frente ao desejo de lucro incessante daqueles que não compreendem que ribeirinho e natureza são uma coisa só. / E suas memórias são a concretização de que é possível viver com conservação e sustentabilidade!//
Sonora 21: Silvia Leal	26s	DI: Sempre eles me perguntam (...) DF:(...) era antes, né?
ENCERRAMENTO COM BG	12s	Em um ambiente instável como as comunidades de Parintins, em lugares traçados pela vontade e a força que se comparam a rios, paranás e lagos... / Qual pode ser a motivação para persistir diante das transformações? Seriam essas persistências ancorados nas memórias? Ou abrigadas no remar do futuro de jovens, curumins e das cunhatãs?./

<p>ENCERRAMENTO COM BG</p> <p>LOC: ADRIA ALBUQUERQUE</p>		<p>Vocês ouviram o radiodocumentário “SUSTENTABILIDADE NA PESCA EM PARINTINS (AM)”: regulamentar ou não o acordo?/ Este documentário foi dirigido e produzido pela acadêmica como Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas, a UFAM, Campus Parintins.//</p> <p>Roteiro: Adria Albuquerque//</p> <p>Edição e finalização: Adria Albuquerque e Bruno Barroso//</p> <p>Orientação: Professora Doutora Marina Magalhães//</p> <p>Parintins, 07 de junho de 2023.</p>
--	--	---

APÊNDICE II

PAUTA

Data: 04 de abril de 2023

Redator: Adria Helena Xavier Albuquerque

Tema: Acordo de Pesca

Histórico / Sinopse:

Para garantia do alimento base e de renda através dos recursos pesqueiros, em Parintins, 34 comunidades se unem para a elaboração das instruções normativas a partir de discussões promovidas em reuniões intercomunitárias. O acordo de pesca tem como papel principal a manutenção dos estoques pesqueiros com discussões voltadas para regras de acesso e zoneamento. Mas, o que você tem a ver com isso? Por que a pesca deve ser controlada? O que é o manejo? Como isso afeta a vida de quem mora na cidade? Com base nessas perguntas, buscaremos tratar da importância dos acordos de pesca na região do município e os conflitos existentes na comunidade, além dos benefícios econômicos e sustentáveis para as populações da área rural e urbana com a implementação da instrução normativa.

Enfoque/Encaminhamentos:

Serão feitas entrevistas com os representantes do comitê condutor do acordo de pesca e de organizações sociais das comunidades, além de pescadores, para discussão e esclarecimento de dúvidas de termos que tratam da regulamentação e da formulação do acordo em diversos lagos e igarapés. O diálogo dará ênfase à importância dessa instrução para a redução de conflitos na região e a garantia da continuidade das pescarias, sejam elas para venda ou para a alimentação dos povos ribeirinhos.

Questões a serem levantadas:

Adilson da Costa - Há quanto tempo a comunidade discute a pesca na região?

Adilson da Costa - Como surgiu a vontade de regulamentar a pesca?

Adilson da Costa - Como acontece o processo de mobilização e logística nas reuniões intercomunitárias?

Adilson da Costa - Com as ações de conservação dos recursos naturais, você acredita que haverá melhoria da qualidade de vida nas comunidades?

Rogério Bessa - O que são os acordos de Pesca e o que dizem?

Rogério Bessa - Qual será o seu papel após o acordo de pesca ser publicado no Diário Oficial?

Rogério Bessa - Qual a situação dos lagos e várzeas das regiões no município de Parintins? Como tem sido a atuação da SEMA nessas regiões?

Azenilson Aquino - Qual a importância dessas movimentações comunitárias para preservar e mapear a situação da biodiversidade no município?

Silvia Leal- Todos sabem a importância do acordo para a comunidade?

Silvia Leal - Existem pessoas ou organizações que são contra o acordo?

Silvia Leal - Com as ações de conservação dos recursos naturais, você acredita que haverá melhoria da qualidade de vida nas comunidades?

Silvia Leal - Como acontece o processo de mobilização e logística nas reuniões intercomunitárias?

José Ramos - Qual a importância da instrução normativa e qual o papel do IDAM na assessoria técnica a essas comunidades?

José Ramos - Como será feito o processo de fiscalização com embarcações de outras regiões?

Maria Eliane - Como a educação ambiental pode contribuir para minimizar os conflitos ambientais? E qual a importância da participação da Universidade nesse processo?

Fontes:

Nome: Adilson da Costa

Instituição: Grupo Ambiental Natureza Viva - GRANAV

Endereço: Rua Rio Branco n 122 – Centro – CEP: 69.151.210

Email: granav1992@gmail.com

Telefone: 92)992349306/991148878

Nome: Raimundo Ramos

Instituição: Cooperativa Agroextrativista e turismo do lago do Máximo- COOPMAFA

Endereço: Comunidade Nossa Senhora do Rosario do Lago do Máximo

Telefone:92 99158-7441

Nome: Azenilson dos Santos Aquino

Instituição: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente - SEDEMA

Endereço: Rua Itacoatiara - Palmares

Telefone:99522-8602

Nome: Maria Eliane Vasconcelos

Instituição: Fórum Parintinense de Educação do Campo, das Florestas e das Águas Paulo Freire - FOPINECAF

Endereço: Macurany 1805 - Jacareacanga

E-mail: monessilvapin63@gmail.com

Telefone:99261-9777

Nome: Rogerio Bessa

Instituição: Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amazonas

Endereço: 471, Alameda Rio Negro, 35 - Parque 10 de Novembro, Manaus - AM, 69050-560

Telefone: 92 99172-7380

Nome: José de Oliveira Ramos

Instituição: Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

Endereço: Avenida nações unidas 2636

E-mail: unlocparintins@idam.am.gov.br

Telefone:92 99200-7172

APÊNDICE III

CADERNO DE CAMPO (Acordo de pesca da região do Paraná de Parintins)

REUNIÃO 1. Perpétuo do Socorro do Laguinho

Ao 13 de fevereiro de 2023, precisamente às 9:00, estive na comunidade Perpétuo do Socorro do Laguinho, a engenheira de pesca Alcelene Salerno dá início a reunião expondo o histórico de locais em que se tem a experiência voltada para o acordo, e pede para as comunidades presentes se apresentem. Em seguida é aberta a palavra a equipe do IDAM lócus Parintins, para que fosse feita a apresentação da equipe presente, Fabiana Campelo representante do IPAAM no município de Parintins, apresenta de forma breve os trabalhos desenvolvidos e agradece o convite. Alcelene, reafirma as perspectivas das ações que haviam iniciadas anteriormente, afirmando que a conversa, expõe as vantagens dos recursos de forma sustentável, em especial, os ganhos ambientais, explicando os diversos conflitos que existem e que venham existir durante os diálogos nas reuniões intercomunitárias, segundo ela, é de grande importância a presença de todos no processo.

Para um melhor entendimento das comunidades presentes, a engenheira faz a leitura de um modelo utilizado em Careiro da Várzea e reafirma que nas próximas reuniões as comunidades devem se atentar as questões que serão definidas. Dessa forma, é aberto o espaço para que as comunidades presentes através dos representantes para falar dos conflitos existentes nas suas comunidades e quais seriam as suas propostas para esse primeiro momento.

Para Eraldo Albuquerque, as discussões não conseguem chegar a uma efetivação por conta da falta de apoio que ocorrem com as instituições quando se trata dessas iniciativas, o que torna um processo demorado e em dados momentos sem perspectivas. Para José Correa – representante de Nova Santa Maria “se faz necessário uma conversa com a comunidade feita por uma equipe pra que expliquem o que é o acordo e como vai contribuir para nós da comunidade, porque tem muita briga quando a gente chega na comunidade para falar do que foi tratado nas reuniões, e tendo alguém de fora para nos dar essa força é muito importante”.

O representante da comunidade Perpétuo Socorro – Edvam Carvalho do Laguinho, enfatiza que a participação no Jauari é sempre positiva, mas que outras comunidades acabam não contribuindo o que atrapalha o processo também “é preciso que todo mundo que está aqui, ou que vai estar conversando com as comunidades tenha responsabilidades, levando em consideração a importância desse acordo para o nosso município”.

CADERNO DE CAMPO (Acordo de pesca da região do Paraná de Parintins)

REUNIÃO 2. Santa Maria do Murituba

Ocorrido na região do Laguinho, da comunidade Santa Maria do Murituba no dia vinte e três de dois mil e vinte e dois, precisamente as nove horas, o senhor José Ramos – IDAM Parintins, dá início a reunião expondo o que foi pontuado em outros encontros e justificando a ausência da equipe técnica do IDAM Manaus. Diante das Apresentações, o senhor José Ramos, fala sobre as reuniões setoriais que ocorreram no mês de março, dividindo as comunidades em quatro setores, ele pede que se organizem para vir a frente apresentarem suas propostas. O setor da Valeria inicia a fala, pontuando mudanças dentro do acordo, feito a alguns anos atras, trazendo as seguintes propostas:

Primeira: Ampliar a área de preservação sendo: Catuaba, Baixa Santa Helena, Baixa do Castanhal, Baixa do Macaco bem como suas restingas e aningais, compreendendo a margem direita do lago Mureru e Margem esquerda do Rio Amazonas. Segunda: O Laguinho da Ilha do Paraná de Parintins passara para a categoria tipo II no período pós defeso de 15 de março a 30 de agosto com a mesma quantidade permitida com os comunitários; Terceira: Possibilitar a pesca artesanal nos lagos categoria tipo II, nos períodos pós defeso no período pós defeso de quinze de março com a mesma quantidade permitida pelos comunitários. Quarta: A pesca organizada do mapará seja realizada nos seguintes lagos: Lago do Comprido, Lago do Celso, Lago do Preto, Lago grade e Compridinho e permitir na área da pesca, somente a pesca artesanal. Quinto: Criar com o INCRA, SPU, SEMA a reserva do lago grande compreendendo Murizal; lago do tracajá; cabeceira do lago do Jauari; margem do Paraná de Parintins até a boca nova Olinda.

Em seguida o senhor Abel Rodrigues da comunidade da Valeria afirma que houve a entrega do convite da reunião setorial, mas que algumas comunidades não participaram. A reunião da Comunidade Betel trouxe as seguintes propostas: O artigo primeiro categoria fala sobre o manejo e as restrições na pesca para os lagos I na área da procriação com o Apé na nossa região ficará proibida por tempo indeterminado, II área de Manutenção subsistência das famílias, a venda do peixe na comunidade da região e a quantidade de peixes de quarenta quilos por família e uso de embarcações como: Canoa, Casco, Rabeta, bajara que poderão usar; II tipo de manutenção, normas e uso, por restritivo, 15 kg de peixes. Por semana, os comunitários concordaram com essa norma, no segundo parágrafo: proibir a pesca de malhadeira no verão e tarrafa no dia primeiro de agosto e 31 de março na área de manutenção I, II. Neste item os comunitários concordaram que no Lago dá Valéria ficará permitido a pesca de malhadeira de dezembro a março I,II da norma de tucunaré que é dia primeiro de novembro, a 31 de março, sendo o mesmo acordo e o artigo 4, proibição de malhadeira e está com o número zero, 0,0040mm e entalhado por baixo , o acordo fica de

malhadeira mica linha 4 e 6 entremeada por baixo, e a metragem de 50 m ficará de 65 m e no Lago grande permanecerá 4 pano de malhadeira no artigo 6 e 7 o acordo ficará o mesmo. O comunitário do Lago do comprido, justifica ausência da secretária e traz as mudanças, Lago grande fica proibida a pesca e Lago do preto a malhadeira que 50 m por ficar raso no período da seca, além disso no Lago grande também fica proibido arrastão. Ao fim, comunitário faz um apelo diante das situações vivenciadas no I Lago grande de forma direta e pede uma maior atenção da fiscalização presente.

CADERNO DE CAMPO (Acordo de pesca da região do Paraná de Parintins)

REUNIÃO 3. Santa Clara do Jauari

Para a comunitária Marta “precisa ser revisto as comunidades que não estão participando” e reforça seu esforço para estar em todos os encontros. O comunitário João, não se tem a necessidade de retirar a comunidade Peniel e São João, mas Larissa reforça que se deve ter a presença de todos “com a presença de todos nós conseguimos visualizar melhor as comunidades e a realidade de cada uma”. Adilson reforça que apesar de não estarem presentes serão citados, pois entende que o acordo é para todos. Amâncio pede a palavra e diz que “não é questão de excluir e sim falta de interesse pois é repassado convite” nesse momento Raimundo Rocha apresenta o protocolo dos convites como respaldo. Para a engenheira Larissa, o texto precisa ser melhorado diante das propostas.

O Samuel gostaria de o termo realmente é preservação pois ficará intocável, Larissa responde que o questionamento é válido, pois peixes apresentam local de procriação e que precisam estar em locais intocáveis. O comunitário Jeferson ressalta que é preciso ter respeito dos meios e das legalizações. Sendo assim, fica sobre responsabilidade do IDAM Central e SEMA a revisão do Tipo 1 e Tipo 2 de acordo com o propósito por meio das comunidades, no artigo 2º II na área de manutenção comercial, acrescenta-se no 3º permitir durante todo ano, a pesca nas áreas de manutenção comercial. No parágrafo segundo acrescenta-se “nas áreas que se referem a este artigo, fica proibido a pesca por usuários externos a esse acordo.

O comunitário Raimundo Rocha questiona sobre o ambiente aquático por conta da criação de búfalos, o que acaba destruindo a vegetação aquática e ressalta que com os documentos válidos, será visível e viável o uso comum, sendo um trabalho de conscientização. Para o técnico de Fiscalização da ADAF, José Raimundo “se tem uma propriedade, não se pode fazer este tipo de separação, mas pode ser feito georreferenciamento, se tiver em área de preservação e a lei pode servir de amparo, e assim pode ser inserido algo relacionada aos bubalinos, além do mais a marinha tem regras”. O presidente da Comunidade São José do Laguiño, Adjani Ramos de Albuquerque dá início a reunião, apresentando a programação e agradecendo a presença de todos. Após a mediação, é repassada a palavra para Adilson da Costa Silva que enfatiza ser a quarta reunião e retorna para pontos, em que ele afirma “o acordo não é só uma ferramenta e sim a ferramenta principal para as gerações futuras”.

Adjani fala que precisa ser revisado com responsabilidade de lei “os puxiruns abrangem de 40 quilos de peixe”, mas entram em acordo e essa questão acaba não sendo inserido. Todos aprovam a cota: Lago menores: 15 quilos por semana, mas os comunitários presentes não são de acordo. Marcia do grupo Bananitas, pergunta se irá valer para os lagos pequenos. Lorivaldo – São José gostaria de saber quantidade pois nem todos as famílias, vão pescar. E gostaria de saber pode comprar 15 quilos, mas é explicado que não se dê cota. Altamiro Carvalho pede para que seja revisto a questão do arrastão em relação a bajara. Jeferson ressalta que deve ser conciliado ao uso da bajara para transporte. José Raimundo da ADAF propõe a alteração de textos para que fique mais claro. Amâncio fala que precisa ser discutido entre comunidade o parágrafo 2º na comunidade.

CADERNO DE CAMPO (Acordo de pesca da região do Paraná de Parintins)

REUNIÃO 5. Divino Espírito Santo do Barro

Jeferson rosas – gleba vila Amazônia, essas questões só serão reforçadas, diante do que já se tem e que a questão da definição é importante porque envolve a falta de peixe no verão. José Raimundo dos santos da silva- vice-presidente do Jauari enfatiza “o lago é pequeno e as pessoas não têm consciência, seja de fora ou da comunidade mesmo, até pra tentar minimizar o que todo mundo vê”.

Para a representante da sumaúma o diálogo entre a comunidade era para que a comunidade passasse a se tornar tipo II, Edilson pede a palavra e explica sobre todos os processos já debatidos em outras reuniões, e que o diálogo é necessário nesse momento. Pedro Sá, também da comunidade sumaúma, explica a necessidade de der tipo I “são coisas que já até acabaram em violência muitas das vezes” e enfatiza que o momento é de votação de pontos finais. após votação em comum acordo a região da sumaúma torna-se tipo I. Devido à ausência das comunidades, a reunião entra em um momento de diálogo sobre situações em que a Comunidade Divino Espírito Santo do Barro tem vivenciado. Josimar Marialva pede a palavra e pede para que seja registrada em ATA, as situações vivenciadas pelo Presidente da Comunidade, que são situações que entristecem “Josino foi ameaçado de morte e com os filhos do lado, ele não está fazendo lei, ele está fazendo algo que é direito de todos que é ir e vir” finalizar afirmando que o lago próximo está tipo II e que está na minuta e que as pessoas devem entender isso e não levar para a questão da violência.

Josino explica que em três noites coletou 500 ovos para o manejo na comunidade e que não pode arriscar sua vida e pede ajuda na fiscalização. Denise Dias – SEDEMA explica sobre a questão de fiscalização no município, e principalmente a falta de logística para esse tipo de apoio.

CADERNO DE CAMPO (Acordo de pesca da região do Paraná de Parintins)

REUNIÃO 6. Comunidade Santa Maria

Na comunidade Santa Maria, região do Murituba Adilson da Costa Silva-GRANAV, dá início a reunião entre pescadores e representantes das

comunidades e parceiros para elaboração da minuta e aprovação. Nesse sentido, é feita a leitura das definições já acordadas nas reuniões anteriores, sendo no artigo três, aprovado a permissão durante todo ano a pesca nas áreas de autoconsumo, com venda do excedente nas comunidades, obedecendo o período do defeso, com cota de 40 kg de peixe/família/semana (equivalente de 160 kg de peixes/mês, com apenas embarcações de pesca do tipo, casco, canoa a remo e canoa com rabeta. No parágrafo primeiro, nas áreas que se refere este artigo, fica proibida a pesca por usuários externos, após a leitura, as definições são aprovadas por todos os presentes.

CADERNO DE CAMPO (Acordo de pesca da região do Paraná de Parintins)

REUNIÃO 7. Comunidade Menino Deus

Ocorreu a reunião entre pescadores e representantes das comunidades e comitê condutor para aprovação da instrução normativa e possíveis alterações. No primeiro momento, a comunidade faz a abertura com cânticos de boas-vindas, seguida da palavra de Adilson Costa da Silva, ao qual explicam situações que precisam ser repassadas para todos e pede que se tenha uma participação mais dos representantes das comunidades, para rever questões como exemplo as cotas que foram alteradas e que precisam ser analisadas, passando assim, a palavra para o geógrafo da unidade local IDAM Parintins, José de Oliveira Ramos que agradece de forma específica a presença de representantes do comitê condutor. Antes de iniciar a leitura do artigo 7, Adilson explica que trata-se especificamente do Paraná de Parintins principalmente relacionado a pesca comercial, para Pedro Sá as pessoas precisam se regularizar e que podem ser processos que passam ser definidos após a publicação do acordo, e que o estado tem essa perspectiva de apenas pesca artesanal, mas que todos pescam em todas as categorias “devemos obedecer as regras de acordo com a realidade mas de forma consciente e me busca de regularização” Para Jeferson, o que Pedro Sá fala é certo “ as comunidades que estão aqui hoje, precisam olhar essa minuta como um instrumento que gera conhecimento e que pode buscar amparo nas leis” José Raimundo, representante da ADAF enfatiza que a ADAF tem em sua fiscalização em sua maioria através de denúncias e a comunidade entender essa importância de contato com as instituições facilita o diálogo entre ambos, sendo assim, não havendo alteração do artigo 7 sendo aprovado da seguinte forma: Permitir durante o ano todo, a pesca nas áreas de pesca comercial artesanal, obedecendo o período do defeso. § 1º Nas áreas de pesca comercial artesanal fica permitido todos os tipos de embarcação de pesca profissional artesanal, §2º Pescadores profissionais artesanais e embarcações deverão apresentar registro de identificação, conforme Legislação vigente.

CADERNO DE CAMPO (Acordo de pesca da região do Máximo)

REUNIÃO 1. Comunidade Nossa Senhora do Rosario. 12/02/2021

Tendo como fala inicial o senhor José de Oliveira Ramos, ao qual dedica um minuto de silêncio pela recente perda de uma moradora da comunidade, seguida

da fala da presidente da comunidade Saúde Marte, que enfatiza a importância desse novo momento para se consiga chegar a um equilíbrio com a natureza, passando assim, a palavra para a presidente da cooperativa COOPMAFA, Silvia Leal, que agradece a todos os presentes e destaca a importância da união da comunidade para elaboração da minuta. Diante das apresentações, é passada a palavra para a Engenheira de Pesca Alcelene Salerno, qual direcionou perguntas relacionadas ao acordo para os presentes. Em seguida apresenta o mapa com a ilustração dos períodos de seca e cheia, a engenheira ainda ressalta a importância da presença das outras comunidades envolvidas para um melhor mapeamento da área.

houve apenas esclarecimento com as comunidades para que se tenha conhecimento das regras para não ocorrer problemas futuros, sendo necessário nesse primeiro momento a escolha das áreas que serão trabalhadas e que deve partir da comunidade a definição das regiões com os peixes, o local de reprodução e as espécies e quais as regiões que mais atendem a comunidade. O morador Sergio Freitas, informa que nas cabeceiras existe a presença de búfalos e bois nos lagos e se existe alguma lei que possa frear a situação, o morador que se apresenta como criador de búfalos pede a palavra e questiona se somente o búfalo causa problemas. A engenheira explica aos moradores a forma em que ocorrem os efeitos ambientais dessa atividade, e que parte de uma consciência ambiental e não de proibição.

CADERNO DE CAMPO (Acordo de pesca da região do Máximo)

REUNIÃO 2. Comunidade Nossa Senhora do Rosario. 24/04/2021

Morador Geremias pergunta como será a abordagem nos lagos de preservação e se a Minuta será o instrumento que servira de amparo. Alcelene Salerno, IDAM Central explica que áreas depois de definidas terão identificação. O representante do Sindipesca Raimundo José pergunta se pode ser feita uma pesca alternativa como a piscicultura. Alcelene Salerno explica que essas questões são definidas pelos moradores. O morador do Brasil Roça explica que havia esse trabalho de manejo em 2002, mas que na despesca ocorreram vários problemas fazendo com que terminasse, devido à falta de entendimento dos pescadores.

Larissa França, engenheira de Pesca do IDAM Central que agradece a oportunidade de estar presente novamente na comunidade para falar sobre o acordo e com um número maior de pessoas, e algumas informações que já foram repassadas na reunião anterior que está relacionado ao entendimento sobre os termos, normais e regras sejam elas estaduais ou ambientais e que está disponível para responder perguntas. Larissa explica sobre o que se trata ordenamento, manutenção e categorias.

CADERNO DE CAMPO (Acordo de pesca da região do Máximo)**REUNIÃO 3. 19/06/2021****Comunidade Nossa Senhora de Assunção - Região do Zé Miri**

A presidente da comunidade deu início a reunião agradecendo a presença de todos, além de enfatizar a importância de todos os presentes. Os moradores explicam para os técnicos presentes em que já foi encontrado outro local que possa servir de lago de preservação, e que sabem que isso torna o local intocável. Assim, Sergio morador da cabeceira do Aninga se compromete em não pescar que após aprovado por todos, o local torna-se de preservação.

Raimundo Ramos – Máximo, explica para a equipe presente que ocorre o tráfego de três famílias através do mapa no São Paulo. Para o comunitário a Região do São Paulo seria o ideal “já foram várias reuniões já chamamos a comunidade e nada deles estarem presentes, e vamos decidir isso” Nesse momento, Sandrely-Engenheira de Pesca da Secretaria de Produção Rural, pergunta se todos os presentes estão de acordo. Maria Valdeci explica que essa região apresenta cabeceiras próximas e que isso seria inviável. Tiago pede a fala explicando a necessidade de outra área de preservação, e pede para a comunidade se reunirem novamente, dando 15 minutos para um melhor diálogo.

Ao retornar, os comunitários explicam que até se tem regiões em que se pensa em se tornar “preservação”, mas que deve existir o entendimento da comunidade Raimunda, pede a palavra e explica que “todos nós precisamos assumir essa responsabilidade, não vai ser fácil, mas faz parte”. Maria relembra a comunidade, que no macucu existe um local usado para criação de gado e que seria prudente perguntar, pois poderia se tornar um problema. “Pra mim, tem que falar com a Dona Saúde para resolver isso antes porque depois que ficar acordado, só vamos mudar daqui a um tempo” e reforça que em todas as reuniões são convidados. Mario – Monte Sião explica que essa área é a única que não tem a presença de moradores diariamente, somente em períodos curtos. Raimundo explica que entrou em contato com os moradores e aceitaram ajudar, além dos moradores desta região presentes Amarildo e Arlene. Assim, a região do macucu fica como preservação, em que as pessoas presentes aprovam.

CADERNO DE CAMPO (Acordo de pesca da região do Máximo)**REUNIÃO 4. 21/08/2021 NA COMUNIDADE BRASIL ROÇA – REGIÃO DO MAXIMO.**

Sobre a possibilidade de zonear como área de preservação, e todos são de acordo. Rita Maria de Jesus, do Brasil Roça, discorre acerca das embarcações das cidades estarem degradando o lago com o uso de arrastão, e Thiago explica sobre a importância de as regras serem vigentes. Afonso Lima pergunta quem são os responsáveis pela fiscalização, frisando a necessidade da organização das agências que estão dando assistência. Zé Raimundo, da ADAF, diz que o governo não pode impor essas questões, mas que se pode, junto as instituições

legais, diálogo com os comunitários para alteração movida no sentido do interesse da comunidade.

Geraldo (IDAM) declara que o processo é lento, mas que este é ponto inicial e de grande importância. Um comunitário expõe que sua preocupação é maior por conta da alimentação, pois esta é baseada na compra de peixe em outras comunidades. Erison (Brasil Roça) alerta para o risco de outros locais degradarem algo que se tenha nas outras comunidades.

Sergio (Máximo) fala sobre a área de várzea. Leandro cita a proibição de anos atrás e Thiago sugere que seja mantida como área de preservação. Para os comunitários, o Máximo e o Zé Miri devem ficar como área de preservação. Em seguida, discorreu-se sobre a reunião do dia anterior organizada pela comunidade, onde foram escolhidos os apetrechos usados na pescaria durante o período da seca, definindo o uso de tarrafa e malhadeira.

CADERNO DE CAMPO (Acordo de pesca da região do Máximo)

REUNIÃO 5. 21/08/2021 NA COMUNIDADE BRASIL ROÇA – REGIÃO DO MÁXIMO

Foram retomados assuntos pautados na reunião anterior, e a apresentação do mapa referente à região contendo as alterações requeridas referente às 23 áreas, onde ocorreu a explicação das alterações e se houve a definição dos pontos colocados pela comunidade.

Leandro (comunitário) responde que más haviam chegado a nenhuma definição. Pegando a palavra, Geraldo Lima de Silva (Monte Sião) observou que a convite que chegou a ele referente à reunião do acordo estava com o local errado, o que logo em seguida foi esclarecido. Geraldo continuou questionando como ficariam as demais comunidades, pois para ele o manejo beneficiário apenas a COOPMAFA, e que havia uma grande mudança nessa região por conta da seca, e se o beneficiaria através da comercialização.

Se referindo aos pontos levantados, Raimundo Rocha (Máximo) disse que a expectativa não era o benefício de apenas uma única comunidade. A Cooperativa havia apenas auxiliado através de documentação. Com relação à quantidade de peixe no lago, que está farta, Raimundo deu como exemplo seu filho que excedeu a limite de consumo, e aquela era uma realidade da pesca que precisava de maior conscientização. Este havia sido uma experiência de sete anos e estava funcionando, porém não havia nada acordado no papel, antes disso não se tinha peixe e a comunidade sobrevivia da agricultura.

CADERNO DE CAMPO (Acordo de pesca da região do Máximo)

REUNIÃO 7. 20/03/2023– COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO - REGIÃO DO MAXIMO

A reunião teve como ponto principal a aprovação da minuta, com muito esforço as comunidades conseguem entrar em acordo. Na leitura do Art. 1º em que estabelece regras para o manejo dos ambientes aquáticos, (lagos, poços, igarapés e baixas) no Complexo hídrico das comunidades: Comunidade Nossa Senhora de Assunção, Monte Sião do Lago do Zé Miri, Nossa Senhora do Rosário do Lago do Máximo, Comunidade Santo Antônio da Colônia Brasil Rossi, Paraná do Máximo, fica aprovado por todos os presentes, sendo estas definições acordadas em outros encontros, as seguintes classificações:

Zé Miri: Lago do Zé Miri (Subsistência), Lago do Macucu (Preservação), Cabeceira do Doce (Subsistência)

Nossa Senhora do Rosário – Região do Lago do Máximo: Cabeceira do Aninga (Preservação), Cabeceira do Castanha (Subsistência), Cabeceira do São Paulo (Subsistência), Lago do Máximo (Subsistência), Cabeceira do Mauá (Subsistência), Cabeceira do Tororo (Subsistência).

Região do Paraná do Máximo: Lago do Coroca (Subsistência), Laguinho (Subsistência), Paraná do Máximo (Subsistência), Ressaca (Subsistência), Baixa do Tobias (Subsistência), Lago Tamatá (Subsistência), Poço da Boeira (Subsistência).

Região do Paraná do Ramos: Paraná do Ramos (Comercial).

Diante da leitura e aprovação dos artigos presentes na minuta, o técnico Tiago Mourão suspendeu a reunião pelo tempo necessário para lavratura da ata, que após lida e aprovada juntamente com as aprovações do estatuto, sendo assinada por todos para que produza efeitos jurídicos e legais com o termo de compromisso e o termo de monitoramento.

ANEXO I



PODER EXECUTIVO
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UFAM – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 ICSEZ – Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia / Parintins, AM




Autorização de Uso de Obras Artísticas em Obras Audiovisuais dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Eu, abaixo assinado e identificado, cedo meus direitos de som e imagem, a título gratuito, para compor o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de autoria do(a) acadêmico(a) Adriana Helena Soares Albuquerque (matrícula: 21.85446), com orientação da Profa. Dra. Marina Magalhães de Moraes, junto ao curso de Comunicação Social – Jornalismo do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (Icsez) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

A presente autorização abrange os usos tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, monografias, entre outros) como também em mídia eletrônica e digital (programas de rádio, podcasts, vídeos e filmes para a televisão aberta e/ou fechada, documentários para cinema ou televisão, entre outros players), Internet, Banco de Dados Informatizado Multimídia, "home vídeo", DVD ("digital vídeo disc"), suportes de computação gráfica em geral e/ou divulgação científica de pesquisas e relatórios para arquivamento e formação de acervo histórico, sem qualquer ônus financeiro à Universidade Federal do Amazonas (Ufam) ou terceiros por esta expressamente autorizados que poderão os conteúdos cedidos em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza educativa, científica, social e/ou cultural, voltada à divulgação do conhecimento em todo território nacional e no exterior, em consonância com a Lei Federal de Direitos Autorais Nº 9610/98 em vigor no Brasil.

Por ser esta a expressão da verdade e da minha vontade, declaro que autorizo os usos acima descritos sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos autorais conexos ao produto e assino a presente autorização.

Parintins, AM, 30 de maio de 2023.


 José de Oliveira Ramos
 ASSISTENTE TÉCNICO
 Matrícula: 050446 - 7C
 Assinatura

Nome:	<u>José de Oliveira Ramos.</u>
Endereço:	<u>Rua Cereia Neto - 3344 - Paulo Cereia.</u>
Cidade:	<u>Parintins - AM</u>
RG Nº:	<input type="text"/>
CPF Nº:	<input type="text"/>
Telefone para contato:	<input type="text"/>
Nome do Representante Legal (se menor de idade):	<input type="text"/>



PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UFAM – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 ICSEZ – Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia /
 Parintins, AM



Autorização de Uso de Obras Artísticas em Obras Audiovisuais dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Eu, abaixo assinado e identificado, cedo meus direitos de som e imagem, a título gratuito, para compor o **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de autoria do(a) acadêmico(a) Luciana Helena Xavier Albuquerque (matrícula: 2185448), com orientação da Profa. Dra. Marina Magalhães de Moraes, junto ao curso de Comunicação Social – Jornalismo do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (Icsez) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).**

A presente autorização abrange os usos tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, monografias, entre outros) como também em mídia eletrônica e digital (programas de rádio, podcasts, vídeos e filmes para a televisão aberta e/ou fechada, documentários para cinema ou televisão, entre outros players), Internet, Banco de Dados Informatizado Multimídia, "home vídeo", DVD ("digital video disc"), suportes de computação gráfica em geral e/ou divulgação científica de pesquisas e relatórios para arquivamento e formação de acervo histórico, sem qualquer ônus financeiro à Universidade Federal do Amazonas (Ufam) ou terceiros por esta expressamente autorizados que poderão os conteúdos cedidos em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza educativa, científica, social e/ou cultural, voltada à divulgação do conhecimento em todo território nacional e no exterior, em consonância com a Lei Federal de Direitos Autorais N° 9610/98 em vigor no Brasil.

Por ser esta a expressão da verdade e da minha vontade, declaro que autorizo os usos acima descritos sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos autorais conexos ao produto e assino a presente autorização.

Parintins, AM, 36 de maio de 2023.

Prefeitura Municipal do Parintins

Alzenilson Santos Aquino
 SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE
 DECRETO Nº 053/2022 - PGMF

Assinatura

Nome:	<u>Alzenilson Santos de Aquino</u>
Endereço:	<u>Rua Recife 2097 Barão Nova Sra. Mazoni</u>
Cidade:	<u>Parintins</u>
RG N°:	
CPF N°:	
Telefone para contato:	
Nome do Representante Legal (se menor de idade):	



PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UFAM – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 ICSEZ – Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia / Parintins, AM



Autorização de Uso de Obras Artísticas em Obras Audiovisuais dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Eu, abaixo assinado e identificado, cedo meus direitos de som e imagem, a título gratuito, para compor o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de autoria do(a) acadêmico(a) Adilson da Costa Silva (matrícula: 2185448), com orientação da Profa. Dra. Marina Magalhães de Moraes, junto ao curso de Comunicação Social – Jornalismo do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (Icsez) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

A presente autorização abrange os usos tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, monografias, entre outros) como também em mídia eletrônica e digital (programas de rádio, podcasts, vídeos e filmes para a televisão aberta e/ou fechada, documentários para cinema ou televisão, entre outros players), Internet, Banco de Dados Informatizado Multimídia, "home vídeo", DVD ("digital video disc"), suportes de computação gráfica em geral e/ou divulgação científica de pesquisas e relatórios para arquivamento e formação de acervo histórico, sem qualquer ônus financeiro à Universidade Federal do Amazonas (Ufam) ou terceiros por esta expressamente autorizados que poderão os conteúdos cedidos em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza educativa, científica, social e/ou cultural, voltada à divulgação do conhecimento em todo território nacional e no exterior, em consonância com a Lei Federal de Direitos Autorais Nº 9610/98 em vigor no Brasil.

Por ser esta a expressão da verdade e da minha vontade, declaro que autorizo os usos acima descritos sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos autorais conexos ao produto e assino a presente autorização.

Parintins, AM, 04 de Maio de 2023.

Adilson da Costa Silva

Assinatura

Nome:	<u>Adilson da Costa Silva</u>
Endereço:	<u>Comunidade Menino Deus - Paranaíba de Parintins</u>
Cidade:	<u>Parintins - AM</u>
RG Nº:	
CPF Nº:	
Telefone para contato:	
Nome do Representante Legal (se menor de idade):	



PODER EXECUTIVO
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UFAM – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 ICSEZ – Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia / Parintins, AM



Autorização de Uso de Obras Artísticas em Obras Audiovisuais dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Eu, abaixo assinado e identificado, cedo meus direitos de som e imagem, a título gratuito, para compor o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de autoria do(a) acadêmico(a) Carina Helena Soares Albuquerque (matrícula: 1954407), com orientação da Profa. Dra. Marina Magalhães de Moraes, junto ao curso de Comunicação Social – Jornalismo do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (Icsez) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

A presente autorização abrange os usos tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, monografias, entre outros) como também em mídia eletrônica e digital (programas de rádio, podcasts, vídeos e filmes para a televisão aberta e/ou fechada, documentários para cinema ou televisão, entre outros players), Internet, Banco de Dados Informatizado Multimídia, "home video", DVD ("digital vídeo disc"), suportes de computação gráfica em geral e/ou divulgação científica de pesquisas e relatórios para arquivamento e formação de acervo histórico, sem qualquer ônus financeiro à Universidade Federal do Amazonas (Ufam) ou terceiros por esta expressamente autorizados que poderão os conteúdos cedidos em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza educativa, científica, social e/ou cultural, voltada à divulgação do conhecimento em todo território nacional e no exterior, em consonância com a Lei Federal de Direitos Autorais Nº 9610/98 em vigor no Brasil.

Por ser esta a expressão da verdade e da minha vontade, declaro que autorizo os usos acima descritos sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos autorais conexos ao produto e assino a presente autorização.

Parintins, AM, 23 de maio de 2023.

Marina Eliane de Oliveira Vasconcelos

Assinatura

Nome:	<u>Marina Eliane de Oliveira Vasconcelos</u>
Endereço:	<u>Rua Urucara, 1452, Palmares</u>
Cidade:	<u>Parintins</u>
RG Nº:	
CPF Nº:	
Telefone para contato:	<u>(92) 992034528</u>
Nome do Representante Legal (se menor de idade):	



PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UFAM – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 ICSEZ – Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia / Parintins, AM



Autorização de Uso de Obras Artísticas em Obras Audiovisuais dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Eu, abaixo assinado e identificado, cedo meus direitos de som e imagem, a título gratuito, para compor o **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de autoria do(a) acadêmico(a) Gilvane Helena Soares Albuquerque (matrícula: 21854387), com orientação da Profa. Dra. Marina Magalhães de Moraes, junto ao curso de Comunicação Social – Jornalismo do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (Icsez) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).**

A presente autorização abrange os usos tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, monografias, entre outros) como também em mídia eletrônica e digital (programas de rádio, podcasts, vídeos e filmes para a televisão aberta e/ou fechada, documentários para cinema ou televisão, entre outros players), Internet, Banco de Dados Informatizado Multimídia, "home vídeo", DVD ("digital video disc"), suportes de computação gráfica em geral e/ou divulgação científica de pesquisas e relatórios para arquivamento e formação de acervo histórico, sem qualquer ônus financeiro à Universidade Federal do Amazonas (Ufam) ou terceiros por esta expressamente autorizados que poderão os conteúdos cedidos em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza educativa, científica, social e/ou cultural, voltada à divulgação do conhecimento em todo território nacional e no exterior, em consonância com a Lei Federal de Direitos Autorais Nº 9610/98 em vigor no Brasil.

Por ser esta a expressão da verdade e da minha vontade, declaro que autorizo os usos acima descritos sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos autorais conexos ao produto e assino a presente autorização.

Parintins, AM, 05 de maio de 2023.

Silvia Corvêa local

Assinatura

Nome: <u>Silvia Corvêa local</u>
Endereço: <u>Com. Nossa Senhora do Rosário</u>
Cidade: <u>Parintins - AM</u>
RG Nº: <u>[REDACTED]</u>
CPF Nº: <u>[REDACTED]</u>
Telefone para contato:
Nome do Representante Legal (se menor de idade):



PODER EXECUTIVO
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UFAM – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 ICSEZ – Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia / Parintins, AM



Autorização de Uso de Obras Artísticas em Obras Audiovisuais dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Eu, abaixo assinado e identificado, cedo meus direitos de som e imagem, a título gratuito, para compor o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de autoria do(a) acadêmico(a) Alceni Helena Carneiro Albuquerque (matrícula: 2185487), com orientação da Profa. Dra. Marina Magalhães de Moraes, junto ao curso de Comunicação Social – Jornalismo do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (Icsez) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

A presente autorização abrange os usos tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, monografias, entre outros) como também em mídia eletrônica e digital (programas de rádio, podcasts, vídeos e filmes para a televisão aberta e/ou fechada, documentários para cinema ou televisão, entre outros players), Internet, Banco de Dados Informatizado Multimídia, "home video", DVD ("digital video disc"), suportes de computação gráfica em geral e/ou divulgação científica de pesquisas e relatórios para arquivamento e formação de acervo histórico, sem qualquer ônus financeiro à Universidade Federal do Amazonas (Ufam) ou terceiros por esta expressamente autorizados que poderão os conteúdos cedidos em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza educativa, científica, social e/ou cultural, voltada à divulgação do conhecimento em todo território nacional e no exterior, em consonância com a Lei Federal de Direitos Autorais N° 9610/98 em vigor no Brasil.

Por ser esta a expressão da verdade e da minha vontade, declaro que autorizo os usos acima descritos sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos autorais conexos ao produto e assino a presente autorização.

Parintins, AM, _____ de _____ de _____.

Assinatura

Nome:	<u>ROBERTO GABRIEL PEREIRA</u>		
Endereço:	<u>RUA 05 Nº 188 CONJUNTO VILA CAMARA - NEIXO</u>		
Cidade:	<u>MANAUS - AM</u>	CEP:	<u>69.083-3970</u>
RG Nº:			
CPF Nº:			
Telefone para contato:	<u>92 982530100</u>		
Nome do Representante Legal (se menor de idade):			

ANEXO II

Figura 1: Reunião intercomunitária na comunidade Nossa Senhora do Rosario. Região do lago do Máximo.



Fonte: arquivos da pesquisadora

Figura 2: Discussão comunitária e votação – Comunidade Nossa Senhora do Rosário.



Fonte: arquivos da pesquisadora

Figura 3. Reunião intercomunitária comunidade Santa Maria do Murituba



Fonte: Arquivos da pesquisadora

Figura 04: Projeto Pé de pincha e solturas de quelônios na comunidade Santa Maria do Murituba.



Fonte: Arquivos da pesquisadora.

Figura 5: Entrevista com José de Oliveira Ramos



Fonte: Arquivos da pesquisadora

Figura 06: Entrevista com Silvia Leal, moradora da comunidade Nossa Senhora do Rosário.



Fonte: Arquivos da pesquisadora

Figura 06: Entrevista com Azenilson Aquino



Fonte: Arquivos da pesquisadora

Figura 07: Reunião Intercomunitária Nossa Senhora de Assunção, com acompanhamento e anotação de falas dos comunitários.



Fonte: Arquivos da pesquisadora

Figura 08: Pau-de- arara – alternativa de transporte utilizado



Fonte: arquivos da pesquisadora

Figura 09: Bajara – alternativa de transporte utilizado



Fonte: Arquivos da Pesquisadora

Figura 10: Processo de produção no laboratório de radiojornalismo da Universidade Federal do Amazonas - Parintins



Fonte: Arquivos da pesquisadora

Figura 11: Processo de edição.



Fonte: Arquivos da pesquisadora